

# EMPODERAMENTO FEMININO E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONAL DE RENDA: EVIDÊNCIAS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA<sup>1,2</sup>

Maria Carolina do Amaral Couto<sup>3</sup>

Carlos César Santejo Saiani<sup>4</sup>

Com dados de 2006 da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher aplicados no cálculo de índices sintéticos para dimensões do empoderamento feminino (econômica, doméstica e psicológica) e em regressões com *propensity score matching*, o objetivo deste estudo foi investigar se o Programa Bolsa Família (PBF) é um catalisador do empoderamento feminino. Os resultados sinalizaram que o PBF eleva a probabilidade de beneficiárias passarem de um grau intermediário a um alto grau de empoderamento nas dimensões econômica e doméstica. Assim, o programa tem um efeito positivo, mas concentrado em mulheres já com certo nível de consciência e de empoderamento.

**Palavras-chave:** empoderamento feminino; Programa Bolsa Família; *propensity score matching*.

## WOMEN'S EMPOWERMENT AND CONDITIONAL CASH TRANSFER POLICIES: EVIDENCE FOR THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

With data from 2006 National Survey of Demography and Health of Children and Women applied in the calculation of synthetic indexes for dimensions of women's empowerment (economic, domestic, and psychological) and in regressions with propensity score matching, the objective of this study was to assess whether the Bolsa Familia Program (BFP) acts as a catalyst for women's empowerment. The results indicated that the BFP increases the probability of beneficiaries transitioning from an intermediate to a high level of empowerment in the economic and domestic dimensions. Thus, the program has a positive effect, but concentrated on women who already possess a certain level of awareness and empowerment.

**Keywords:** women's empowerment; Bolsa Familia Program; propensity score matching.

**JEL:** I38; J16; J18.

## 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero observadas nos âmbitos social, econômico e político não são produtos de diferenças biológicas, mas, sim, de construções sociais que segregam as mulheres, subordinando-as como indivíduos inferiores. Tal subordinação

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppe54n3art5>

2. Os autores agradecem o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

3. Doutoranda em economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU). E-mail: maria\_carolinaac@hotmail.com.

4. Professor no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU). E-mail: ssaiani@ufu.br.

é sustentada ao longo dos séculos pelo patriarcado – simplificarmente, a estrutura de relações materiais e culturais de opressão que se mantém pelo próprio discurso e pela violência em que nela se concretiza. Nessa lógica, as construções ideológicas sobre a inferioridade feminina são armas para a manutenção da repressão e da violência contra a mulher (Arriagada, 2004; Beauvoir, 2009; Kergoat, 2009; Arruzza, 2015; Bastos *et al.*, 2018).

O feminismo emerge, nesse contexto, como um movimento sociopolítico coletivo com o propósito de reivindicar direitos e de ampliar o escopo de participação social das mulheres. Por mais que o feminismo seja plural em vertentes, o empoderamento feminino permeia o debate. Defende-se que uma condição de equidade entre os homens e as mulheres na sociedade é alcançável mediante a redistribuição do poder entre os gêneros. Assim, em uma perspectiva feminista, só é possível quebrar a lógica patriarcal de desigualdade de gênero por meio do empoderamento das mulheres (Lisboa, 2008).

Cabe destacar que o empoderamento feminino é tradicionalmente entendido como um processo multidimensional, contextual e heterogêneo em cada mulher, conforme suas experiências de vida e suas circunstâncias culturais e históricas. Por isso, não pode ser “dado” por outro agente (Sen, 1998; Berth, 2019). Porém, é defendido que políticas públicas, nem sempre específicas ao tema, podem propiciar ambientes favoráveis para as mulheres potencializarem práticas de empoderamento (Rowlands, 1995; Berth, 2019).

Por exemplo, são comuns análises de políticas de transferência condicional de renda (PTCR) associadas ao empoderamento feminino, em especial, quando existem repasses prioritários às mulheres. As justificativas usuais à titularidade feminina são o melhor uso dos recursos e a ênfase ao bem-estar da família (Molyneux, 2006; 2007). Mesmo questões de gênero não sendo sempre definidas explicitamente como metas nas normas que regem a política, é comum serem assumidas em discursos, em propagandas e em documentos oficiais.

Considerando a elevada cobertura, a longa vigência e as potenciais contribuições socioeconômicas (Campello e Neri, 2014), uma das principais políticas desse tipo é o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil. Ao priorizar as mulheres no recebimento dos benefícios, o PBF motiva recorrentemente avaliações de impactos nas vivências de suas beneficiárias. Especificamente quanto ao empoderamento feminino, não há um consenso em relação a efeitos positivos e generalizados. Tal fato fica claro neste estudo, tanto com uma sistematização das evidências de impactos do programa em variados aspectos relativos às mulheres como por meio dos resultados dos exercícios empíricos realizados.

Esses exercícios correspondem a regressões com *propensity score matching*, nas quais são considerados dois índices sintéticos de empoderamento feminino:

i) um que denota a capacidade de tomar decisões econômicas e domésticas; e  
ii) outro que sinaliza o poder de tomar decisões autônomas que envolvam seus desejos e seus corpos, o que se reflete na percepção do consenso em relações sexuais. Assim, o objetivo é investigar se o PBF é um catalisador (ou facilitador) do processo de empoderamento feminino, possibilitando que as mulheres alcancem maiores níveis de poder. Os dados utilizados são oriundos da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006.<sup>5</sup>

Antecipadamente, os resultados aqui obtidos sinalizam um efeito positivo do PBF no empoderamento feminino, mas apenas no índice das dimensões econômica e doméstica e na probabilidade de as beneficiárias passarem de um grau intermediário a um alto; isto é, com relação a mulheres que já têm certo nível de consciência e de poder. Assim, em consonância com a literatura, não é observado um efeito generalizado do programa. Essas são novas evidências endereçadas ao debate sobre a complexidade do empoderamento feminino e, mais especificamente, sobre os possíveis impactos de políticas públicas – no caso, o PBF – nesse empoderamento.

Ressalta-se, ainda, que o uso de índices sintéticos alinha o estudo ao movimento do feminismo acadêmico, que almeja tornar o empoderamento mais analítico e metodológico (León, 2001). Além disso, conforme fica evidente na revisão realizada mais adiante, o emprego de índices sintéticos de empoderamento para avaliações do PBF é uma lacuna na literatura sobre o tema, que se concentra em análises para dimensões desagregadas.

Além desta introdução e das considerações finais, o estudo é composto por mais três seções. A segunda seção apresenta uma breve revisão referente ao conceito de empoderamento feminino e à sua mensuração por índices sintéticos, além de sistematizar as evidências relativas aos possíveis impactos do PBF em questões de gênero. Na terceira seção, são discutidos os procedimentos empíricos (índices de empoderamento, métodos, modelos). Finalmente, na quarta seção, são reportados e discutidos os resultados obtidos.

## 2 EMPODERAMENTO FEMININO: MENSURAÇÃO, CONCEITUAÇÃO E PBF

Segundo Batliwala (1997), falar de empoderamento é falar de poder, que pode ser definido, sinteticamente, como o controle sobre recursos materiais (físicos, humanos ou financeiros), intelectuais e ideológicos. Portanto, sua magnitude depende dos recursos controlados. De acordo com Rowlands (1995), convencionalmente, o poder envolve uma relação de obediência que, analisada pela perspectiva de gênero, ocorre

---

5. A PNDS de 2006 é a única fonte encontrada com todos os dados necessários disponíveis ([https://bvsm.sau.gov.br/bvs/pnds/banco\\_dados.php](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/pnds/banco_dados.php)). O fato de ela já estar um pouco defasada não compromete as análises, por não serem avaliados os efeitos do PBF no tempo. Ademais, nos elementos fundamentais ao estudo, em especial, a prioridade às mulheres, o programa não sofreu alterações relevantes desde a sua criação, em 2003, mesmo após sua extinção, em 2021, e sua retomada, em 2023. Esse fato pode ser constatado em Brasil (2004; 2023), Silva (2018) e Couto (2020).

tradicionalmente das mulheres para com os homens e que funciona como um instrumento de dominação que pode interferir nos mais diversos aspectos da vida delas.

O poder pode ser exercido de forma sutil. Por exemplo, pessoas para as quais ele foi sistematicamente negado podem internalizar a mensagem de como deveriam se comportar – fenômeno conhecido como “opressão internalizada” (Rowlands, 1995). Assim, é possível que as mulheres, ao assimilarem a falsa ideia de que são dignas de menor valor, tomem decisões que reforçam o *status* de subordinação. Em alguns casos, podem adotar, inclusive, pensamentos e posturas contrários a outras mulheres, ajudando a continuidade da discriminação de gênero (Kabeer, 1999; Malhotra, Schuler e Boender, 2002).

Logo, o empoderamento feminino manifesta-se como a redistribuição do poder que desafia as relações patriarcais e que transforma o tradicional controle dos homens sobre as mulheres (Batliwala, 1997). Por isso, para Rowlands (1995), o empoderamento não deve apenas permitir o acesso à arena de tomada de decisões, mas também incluir um processo que culmine em um cenário em que as mulheres se percebam como capazes e com o direito de ocuparem os espaços de influência e, conseqüentemente, de desfazerem as construções negativas sobre o papel social que deveriam supostamente exercer.

Ressalta-se que, embora seja discutido na esfera acadêmica, há muito tempo, e tenha entrado em voga nos últimos anos, devido à maior disseminação de pautas e discussões feministas nos meios de comunicação, ainda existem dificuldades no estabelecimento de um consenso conceitual para o empoderamento feminino. Porém, há aspectos comuns em parte da literatura, como a interpretação, aqui aceita, que o considera um processo multidimensional – ou seja, um fenômeno complexo, não linear, contextual e heterogêneo para o qual não existe uma “receita mágica” (Rowlands, 1995; Batliwala, 1997; León, 2001).

O empoderamento ocorre, então, de forma distinta em cada mulher (ou grupo de mulheres), de acordo com suas experiências de vida e com as circunstâncias culturais e históricas. Por isso, deve emergir da própria mulher (ou do grupo), não podendo ser “dado” por outro agente (Sen, 1998; Berth, 2019). Porém, ressalva-se que, apesar de haver importantes aspectos individuais – como o processo de tomada de consciência, de aquisição de autonomia e de aumento da autoestima –, o empoderamento é indissociável de um movimento coletivo de transformação do papel social da mulher (Rowlands, 1995; Batliwala, 1997; Sen, 1998; León, 2001; Berth, 2019).

Outro aspecto a ser considerado é que, por mais que seja um fim em si mesmo e esteja amplamente relacionado à garantia dos direitos humanos, já que se apresenta como um canal para a superação das desigualdades de gênero, o empoderamento também pode ser entendido como um meio para alcançar outros fins igualmente desejáveis. Por exemplo, algumas evidências da literatura sinalizam que a educação e

o ganho de poder materno reduzem a mortalidade infantil, uma vez que as mulheres conseguem influenciar mais as decisões de promoção e de priorização do bem-estar dos filhos (Alemayehu *et al.*, 2015).

Evidências também sugerem uma relação negativa entre empoderamento feminino – entendido a partir do maior acesso à educação e ao emprego – e fecundidade. Essa relação tende a ser, inclusive, de longo prazo, pois é provável que as filhas com maior escolaridade também apresentem menor fecundidade (Blumberg, 2005; Sen, 2010). Ademais, a redução da desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na educação potencialmente aumenta o emprego total e a receita global oriunda de tributos, promovendo o crescimento econômico (Klasen e Lamanna, 2009; Pervaiz *et al.*, 2011; ILO, 2017).

Além da demarcação conceitual, há um movimento do feminismo acadêmico que tenta tornar o empoderamento feminino mais analítico e metodológico, pela definição de categorias (“dimensões”, “domínios” ou “níveis”) segundo as quais ele se concretizaria (Rowlands, 1995; Stromquist, 1997; León, 2001; Malhotra, Schuler e Boender, 2002; Alsop *et al.*, 2007; Lisboa, 2007; Mageste, Melo e Ckagnazaroff, 2008). Todas as categorizações encontradas abrangem diversos aspectos da vida da mulher, desde aqueles mais subjetivos e individuais, como autoestima e reversão da opressão internalizada, até os mais objetivos e estruturais, como a participação efetiva em decisões domésticas, econômicas e políticas.

Por embasar opções empíricas deste estudo, vale comentar a categorização de Couto e Saiani (2021) em quatro dimensões. A dimensão psicológica abrange aspectos relativos à autoestima – em especial, à percepção de si como tomadora de decisões autônomas –, além de avanços na reversão da opressão internalizada. A doméstica compreende a dinâmica no meio familiar, tida como um dos pilares para a manutenção do patriarcado (Lira e Barros, 2015). A econômica refere-se às decisões de gasto, de crédito, de renda e de inserção no mercado de trabalho. A político-legal reflete atributos como agente político, desde o conhecimento de direitos e de deveres até a capacidade de se mobilizar em coletivos e de atuar nas decisões políticas.

Considerando essa categorização, Couto e Saiani (2021) calculam índices sintéticos de empoderamento feminino. Esse é o único trabalho encontrado que faz isso com dados do Brasil.<sup>6</sup> Embasadas por categorizações distintas, outras pesquisas mensuram índices sintéticos para variados locais do mundo – com um “viés

---

6. Ressalva-se que foram observados outros trabalhos que avaliam o empoderamento no Brasil, mas com medidas indiretas, como o nível de educação e o *status* de emprego. O trabalho de Couto e Saiani (2021) é o único com medidas diretas (índices sintéticos) – simplificada e, aquelas que sinalizam diretamente o nível de controle, de escolha, de autonomia ou de consciência das mulheres. Para diferenças entre medidas diretas e indiretas de empoderamento, conferir: Malhotra, Schuler e Boender (2002); Mason e Smith (2003); Assaad, Nazier e Ramadan (2014).

geográfico” para o Sul Asiático (Assaad, Nazier e Ramadan, 2014). O quadro 1 apresenta um resumo dos trabalhos encontrados.

Retomando o argumento de o empoderamento feminino não ser “dado” por outro agente, vale destacar que, associado a ele, é defendido que uma política pública pode ser catalisadora do processo, em especial, se criar um ambiente de apoio e de fortalecimento às mulheres; porém, não é a origem do poder (Sen, 1998; Berth, 2019). Nessa linha, um questionamento interessante a ser feito é se, devido às suas particularidades, políticas de transferência condicional de renda (PTCR)<sup>7</sup> catalisam (ou facilitam) o empoderamento. Mais especificamente, por ser uma das maiores PTCRs do mundo, pode-se questionar se (e como) o PBF impacta o empoderamento das beneficiárias.

**QUADRO 1**  
**Índices de empoderamento feminino: síntese da literatura aplicada**

Trabalhos	Delimitações geográficas	Índices e componentes
Casique (2001)	México	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomada de decisões relativas a: i) quantos filhos ter; ii) como criar os filhos; iii) despesas diárias; iv) quais familiares e amigos visitar; e v) quando ter relações sexuais.</li> <li>- Autonomia – mulher precisa pedir permissão ao marido para: i) sair sozinha; ii) sair com as crianças; iii) realizar despesas diárias; iv) visitar familiares; v) visitar amigos; vi) trabalhar; vii) estudar; viii) usar contraceptivos; e ix) participar de atividades da comunidade.</li> </ul>
Jejeebhoy e Sathar (2001)	Paquistão e Índia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomada de decisões econômicas quanto a compras: i) de alimentos; ii) de grande valor para casa; e iii) de joias.</li> <li>- Mobilidade – mulher pode ir sozinha a: i) hospitais; ii) mercados; iii) casas de amigos ou de familiares; iv) feiras; e v) vilas vizinhas.</li> <li>- Ameaças do marido – se a mulher i) tem medo do marido; e ii) já sofreu violência doméstica.</li> <li>- Acesso e controle dos recursos econômicos e familiares – se a mulher: i) tem voz ativa nos gastos familiares; ii) tem dinheiro para gastar; iii) é livre para comprar pequenos itens de joalheria e presentes; iv) possui e controla algum dos bens familiares; v) tem voz ativa a respeito de como seu dote será utilizado; e v) espera se sustentar na velhice por meio de suas próprias economias.</li> </ul>
Mason e Smith (2003)	Índia, Malásia, Paquistão, Filipinas e Tailândia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomada de decisões econômicas, quanto a: i) compras de grande valor para a casa; ii) oferta de sua mão de obra; e iii) compras de itens pessoais (como roupa ou uma pequena joia) sem a necessidade de pedir permissão.</li> <li>- Participação na decisão sobre o tamanho da família: mulher participa (e qual a extensão dessa participação) dessas decisões.</li> <li>- Liberdade de movimento: mulher precisa ou não de permissão do marido ou de algum parente mais velho para ir a: i) centro da vila; ii) mercados; iii) hospitais; iv) campos próximos à vila; e v) casas de amigos ou de familiares.</li> <li>- Medo de discordar do marido e ele reagir violentamente.</li> <li>- Ocorrência de violência doméstica.</li> </ul>

(Continua)

7. As PTCRs disseminaram-se por diversos países em desenvolvimento a partir dos anos 1990, especialmente na América Latina, como mecanismos para tentar diminuir a pobreza e para proporcionar melhores condições de vida às pessoas elegíveis para o recebimento dos benefícios. Segundo Cavalcante (2011), as PTCRs têm três componentes básicos: i) transferência de uma quantia monetária diretamente ao beneficiário; ii) foco em segmentos mais pobres da população; e iii) imposição de condicionalidades para o recebimento.

(Continuação)

Trabalhos	Delimitações geográficas	Índices e componentes
Al-Riyami, Afifi e Mabry (2004)	Omã	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomada de decisões relacionadas a: i) preparação diária de comida; ii) despesas domésticas; iii) roupas dos filhos; iv) cuidados médicos dos filhos; v) resoluções de problemas; vi) planejamento familiar; vii) uma nova gravidez; e viii) visitas a familiares.</li> <li>- Liberdade de movimento: mulher tem permissão do marido para ir sozinha ou acompanhada pelos filhos aos seguintes locais: i) shopping; ii) hospital; iii) escola dos filhos; iv) casas de familiares; v) residências de amigos; e vi) áreas de lazer.</li> </ul>
Gupta e Yesudian (2006)	Índia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autonomia domiciliar: i) comida a ser preparada diariamente; ii) cuidados com sua própria saúde; iii) compra de joias ou de outros itens de grande valor; iv) visitas a familiares; e v) possibilidade de empregar dinheiro para questões pessoais.</li> <li>- Liberdade de movimento: mulher precisa ou não de permissão para: i) ir ao mercado; e ii) visitar parentes e amigos.</li> <li>- Atitude em relação à igualdade dos gêneros: i) há ou não preferência da mulher por dar à luz um filho em vez de uma filha; e ii) há ou não prioridade para a educação dos garotos em vez das garotas.</li> <li>- Atitude em relação à violência doméstica (se é justificável o homem bater na esposa em circunstâncias diversas).</li> </ul>
Haque <i>et al.</i> (2011)	Bangladesh	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomada de decisões econômicas: i) compra de grande valor para a casa; ii) despesas diárias; e iii) como gastar o dinheiro.</li> <li>- Tomada de decisões domiciliares: i) cuidados com sua própria saúde; ii) cuidados com a saúde dos filhos; iii) comida a ser preparada diariamente; e iv) planejamento familiar.</li> <li>- Liberdade de movimento – mulher pode ir sozinha aos seguintes locais: i) casas de familiares; ii) shopping; iii) hospital; e iv) além da vila.</li> </ul>
Varghese (2011)	Omã	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empoderamento doméstico: i) cuidados com a saúde própria e com a dos filhos; ii) comida diária; iii) ajuda a familiares; e iv) contratação de empregados domésticos.</li> <li>- Empoderamento social: i) palavra final sobre visita a familiares e a amigos; e ii) possibilidade de ir sozinha à vila e ao hospital.</li> <li>- Empoderamento econômico – decisões sobre: i) gastos; ii) compras de grande valor para a casa; e iii) presentes para eventos sociais.</li> <li>- Percepção legal e política – mulher acredita ter os seguintes direitos: i) proteger-se contra violência; ii) criar associações; iii) possuir terras; e iv) envolver-se na política do país.</li> </ul>
Do e Kurimoto (2012)	Namíbia, Zâmbia, Gana e Uganda	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empoderamento econômico: i) contribuição da renda da mulher em relação à renda do marido; ii) decisão sobre como usar a renda de cada um dos cônjuges; e iii) decisão sobre compra de grande valor e sobre compras diárias.</li> <li>- Empoderamento sociocultural: decisão sobre visita a familiares e a amigos.</li> <li>- Decisão sobre cuidados com sua própria saúde.</li> <li>- Concordância com o marido em preferências quanto à fertilidade (se desejam ter o mesmo número de filhos).</li> <li>- Capacidade de negociação sobre relações sexuais (negar relação sexual com o cônjuge ou pedir para usar camisinha em várias circunstâncias).</li> <li>- Atitude da mulher com relação à violência doméstica (se é justificável o homem bater na esposa em circunstâncias diversas).</li> </ul>
Assaad, Nazier e Ramadan (2014)	Egito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tomada de decisões sobre: i) compra de grande valor para a casa; ii) despesas diárias da casa; iii) visita a familiares e a amigos; iv) comida a ser preparada diariamente; v) cuidados com sua própria saúde; vi) compra de roupas para a própria mulher; vii) cuidados com a saúde dos filhos; viii) acompanhamento escolar dos filhos; ix) envio dos filhos para a escola diariamente; x) compra de roupas e garantia de outras necessidades dos filhos; e xi) responsabilidade de manutenção do dinheiro da família.</li> <li>- Mobilidade – mulher precisa de permissão para ir a: i) mercados; ii) hospitais, para cuidados da sua própria saúde; iii) hospitais, para cuidar da saúde dos filhos; e iv) casas de familiares ou de amigos.</li> </ul>

(Continua)

(Continuação)

Trabalhos	Delimitações geográficas	Índices e componentes
Islam <i>et al.</i> (2014)	Bangladesh	- Tomada de decisões quanto a: i) gastos com os benefícios; ii) cuidados com a própria saúde; iii) despesas diárias e de grande valor para a casa; e iv) visitas a familiares ou a amigos.
Patrikar, Basannar e Sharma (2014)	Índia	- Tomada de decisões sobre: i) quantos filhos ter; ii) como criar os filhos; iii) despesas diárias; iv) quais familiares e amigos visitar; v) quando realizar atividades sexuais; e vi) quando ir ao centro de saúde. - Autonomia: mulher precisa ou não pedir permissão ao marido para: i) sair sozinha; ii) sair com as crianças; iii) decidir sobre despesas diárias; iv) visitar familiares; v) visitar amigos; vi) trabalhar; vii) estudar; viii) usar contraceptivos; e ix) participar de atividades da comunidade.
Ewerling <i>et al.</i> (2017)	34 países da África	- Atitude em relação à violência (se é justificável o homem bater na esposa em circunstâncias diversas). - Independência social: i) frequência com que lê jornal ou revista; ii) anos de estudo; iii) idade na primeira vez que morou com companheiro; iv) idade no nascimento do primeiro filho; e v) diferenças de idade e de anos de estudo entre a mulher e o homem. - Tomada de decisões sobre: i) cuidados com a própria saúde; ii) compras de grande valor para a casa; iii) visitas a familiares; e iv) emprego.
Couto e Saiani (2021)	Brasil	- Empoderamento econômico e doméstico – decisão sobre: i) o recurso que ganha; ii) compras diárias e de grande valor para a casa; iii) cuidados com a saúde; iv) visitas a familiares; e vi) a comida preparada. - Percepção da mulher quanto ao consento em relações sexuais (poder negar relação sexual com o cônjuge em circunstâncias diversas).

Elaboração dos autores.

Obs.: Cada um dos itens da terceira coluna sinaliza o(s) índice(s) sintético(s) construído(s) em cada trabalho (primeira coluna), enquanto os subitens sintetizam as perguntas ou as variáveis utilizadas na construção desse(s) índice(s).

O PBF foi criado em 2003, interrompido em 2021 e retomado em 2023. No decreto que inicialmente o regulamentou e na medida provisória que o reinstituuiu, são definidos os seus objetivos básicos: i) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, educação, saúde e assistência social; ii) combater a fome; iii) promover a segurança alimentar e nutricional; iv) estimular a emancipação sustentada das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza; v) combater a pobreza; e v) promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais públicas. Para isso, são transferidos benefícios a famílias pobres que respeitem algumas condicionalidades, principalmente relacionadas à educação e à saúde de crianças e de adolescentes (Brasil, 2004; 2023).<sup>8</sup>

Embora não sejam explicitamente definidos como objetivos básicos, alterações nas relações de gênero e empoderamento feminino sempre foram apontados como potenciais consequências do PBF. Na base da discussão, está um aspecto relevante do seu desenho institucional: os benefícios serem transferidos preferencialmente a mulheres. Ao longo do tempo, foi comum, inclusive, o governo federal utilizar

8. As condicionalidades são os instrumentos adotados no PBF (e comumente em outras PTCRs) visando a um objetivo de longo prazo: interromper o ciclo intergeracional da pobreza. É defendido que, ao reforçar o exercício de direitos, com o aumento da escolarização, o cumprimento de agendas de saúde e, assim, a elevação do capital humano das populações mais pobres, com ênfase em crianças e adolescentes, são promovidas outras perspectivas de inserção socioeconômica – por exemplo, melhores condições no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maiores rendas (Brasil, 2004; Curralero *et al.*, 2010).

argumentos nesse sentido em discursos, em propagandas e em documentos oficiais, para ressaltar a importância do programa.<sup>9</sup>

Nessa linha, para Bartholo, Passos e Fontoura (2017, p. 9), “é fato que trabalhar para a equidade de gênero não faz parte dos objetivos do Bolsa Família. No entanto, é expressivo o interesse sobre quais seriam os resultados da titularidade feminina do benefício nessa dimensão”. Por um lado, a titularidade pode ser entendida como a instrumentalização da mulher pelo Estado para assegurar a eficácia do PBF – isto é, aproveitar as regras sociais de naturalização do papel de cuidadora da mulher, para garantir que crianças e adolescentes tenham acesso à saúde e à educação (Molyneux, 2006; 2007). Por outro lado, ela pode ampliar a liberdade econômica das beneficiárias, favorecendo o empoderamento delas.

O quadro 2 sintetiza os trabalhos encontrados que evidenciam impactos do PBF no empoderamento feminino e em relações de gênero. Discussões pormenorizadas para cada um deles fogem do escopo deste estudo, mas alguns breves apontamentos são interessantes.

## QUADRO 2

### Revisão da literatura aplicada: evidências de impactos do PBF em questões relacionadas à mulher

Trabalhos	Delimitações geográficas e temporais	Metodologias	Principais resultados: efeitos do PBF
Empoderamento feminino			
Suárez e Libardoni (2007)	Dez municípios brasileiros – 2006	Método qualitativo	- Melhora nas condições de vida, afirmação da autoridade no espaço doméstico e fortalecimento da cidadania das beneficiárias.
Costa (2008)	Brasil – 2007	Método qualitativo	- Ampliação da autonomia financeira; mas - possível reforço dos papéis tradicionais de gênero.
Alves e Cavenaghi (2009)	Município de Recife-PE – 2007	Método quantitativo	- Preferência das mulheres pela titularidade feminina do benefício; mas - não é possível afirmar que isso seja suficiente para aumentar o empoderamento feminino.
Leroy <i>et al.</i> (2011)	Onze municípios de Minas Gerais	Método qualitativo	- Crescimento da possibilidade de ascensão social (correlação entre empoderamento feminino e mobilidade social).
Moreira, Lima e Lopes (2011)	Nove municípios de Minas Gerais	Método qualitativo	- Promoção e fortalecimento de aspectos importantes do empoderamento feminino; mas - o empoderamento econômico é alcançado apenas parcialmente.

(Continua)

9. Por exemplo, em uma cartilha de 2015 do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é afirmado que “ao dar preferência às mulheres como titulares dos cartões de saque, o Bolsa Família colabora para dar autonomia a essas beneficiárias. É o início de um caminho que contribui para superar a cultura de resignação, quebrar a dominação de gênero e reforçar a cidadania” (Brasil, 2015, p. 18).

(Continuação)

Trabalhos	Delimitações geográficas e temporais	Metodologias	Principais resultados: efeitos do PBF
Carloto e Mariano (2012)	Municípios de Londrina-PR e Uberlândia-MG – 2010	Método qualitativo	- Aumento das responsabilidades das mulheres; e - elevação do poder decisório feminino, mas apenas em questões domésticas.
Lavinas, Cobo e Veiga (2012)	Município de Recife-PE – 2007	Método quantitativo	- Melhora na qualidade de vida das beneficiárias e nas relações intrafamiliares; mas - não é possível atribuir efeito direto sobre o empoderamento feminino.
Moreira <i>et al.</i> (2012)	Dez municípios de Minas Gerais	Método qualitativo	- Melhora das condições de vida, da autonomia e da conscientização das mulheres, refletindo em maior empoderamento feminino.
Rêgo e Pinzani (2013)	Diversos municípios brasileiros – 2006 a 2011	Método etnográfico	- Reforço da cidadania, da autonomia no espaço doméstico e da autoestima das beneficiárias.
De Brauw <i>et al.</i> (2014)	Brasil – 2005 e 2009	Método quantitativo	- Aumento do poder decisório das beneficiárias, mas apenas em domicílios urbanos; e - elevação do uso de métodos contraceptivos.
Williams (2014)	Município de Pedro Leopoldo-MG – 2014	Método qualitativo	- Melhora das condições de vida para as beneficiárias e de educação para seus filhos; mas - não é possível afirmar que causou empoderamento.
Barros e Melo (2016)	Município de Alto Rio Doce-MG	Método qualitativo	- Aumento da autonomia financeira bem como do consumo da beneficiária e de sua família; mas - não há empoderamento amplo para as beneficiárias.
Passos e Waltenberg (2016)	Brasil – 2006	Método quantitativo	- Não contribui para o processo de “individualização” e de empoderamento das beneficiárias; e - há reforço dos papéis tradicionais de gênero.
Mercado de trabalho			
Tavares (2010)	Brasil – 2004	Método quantitativo	- Considerando o efeito renda e o efeito substituição, o efeito líquido é positivo; ou seja, aumento da oferta de trabalho das mães beneficiárias.
Violência doméstica			
Moreira <i>et al.</i> (2016)	Brasil – 2009	Método quantitativo	- A incidência de violência física contra a mulher foi superior nas famílias que recebiam o benefício do PBF.
Relações de gênero, cotidianas e familiares			
Peixoto (2010)	Comunidade de Fortaleza-CE – 2009	Método qualitativo	- Melhores condições de vida e ganhos de autonomia das beneficiárias; mas - reforço das relações tradicionais de gênero.
Leitão e Inácio (2011)	Comunidades de Pernambuco – 2011	Método qualitativo	- Melhores condições de alimentação para as pescadoras artesanais; e - mulheres veem com positividade o fato de o benefício ser pago diretamente a elas.
Pires (2012)	Município de Campinas-SP – 2008 e 2009	Método etnográfico	- Ganhos de autonomia financeira das beneficiárias; mas, - reforço das relações tradicionais de gênero.

(Continua)

(Continuação)

Trabalhos	Delimitações geográficas e temporais	Metodologias	Principais resultados: efeitos do PBF
Ahlert (2013)	Município de Codó-MA – 2011	Método etnográfico	- Flexibilização da rotina de trabalho das mulheres, passando a ter folga semanal; e - discursos positivos no que diz respeito à autonomia financeira.
Moreira, Ferreira e Matta (2013)	Onze municípios de Minas Gerais	Método qualitativo	- Permanência de visões estereotipadas e distorções sobre o significado de desigualdade de gênero.
Morton (2013)	Assentamentos da Bahia – 2011 e 2012	Método etnográfico	- Aumento da autonomia pessoal em domicílios “mais prósperos”; e, - nos domicílios “mais pobres”, o recurso recebido é considerado como “da família”.
Pereira e Ribeiro (2013)	Quilombo urbano de Porto Alegre-RS – 2009 e 2010	Método etnográfico	- Melhora na qualidade de vida da família beneficiária; - O recurso recebido é entendido, em sua maioria, como “das crianças”; e - existência de um “controle coletivo” sobre o destino que a mãe dá ao benefício, afetando, assim, a sua reputação.
Rodrigues (2016)	Município de Redenção-CE – 2014	Método qualitativo	- Melhora na qualidade de vida das beneficiárias e de sua família; e - recebimento em espécie promove maior autonomia pessoal.
Fecundidade e contracepção			
Berbel (2011)	Brasil – 1995, 1997, 1999 e 2001 a 2007	Método quantitativo	- Incentivo do PBF à fecundidade de mulheres com idade entre 16 e 19 anos.
Signorini e Queiroz (2011)	Brasil – 2004 e 2006	Método quantitativo	- Ausência de impacto significativo sobre a fecundidade.
Simões e Soares (2012)	Brasil – 2006	Método quantitativo	- Redução da fecundidade (mulheres elegíveis beneficiárias com taxa de fecundidade menor que a das mulheres elegíveis não-beneficiárias).
Cechin (2015)	Brasil – 2010	Método quantitativo	- Pequeno incentivo à geração do segundo filho, maior nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.
Rocha (2017)	Brasil – 1995 a 2007 (exceto 2000)	Método quantitativo	- Ausência de impacto significativo sobre a fecundidade.
Couto, Saiani e Kuwahara (2022)	Brasil – 2006	Método quantitativo	- Ausência de impacto significativo na decisão pela gravidez, no uso de contraceptivos e no padrão de uso de contracepção de acordo com a efetividade; mas - reduz a chance de as beneficiárias não terem suas necessidades de contracepção atendidas.

Elaboração dos autores.

O primeiro apontamento é que as evidências não estabelecem um consenso quanto aos impactos do programa no empoderamento feminino. Contudo, um consenso pode nem ser possível. Considerando a complexidade e a multidimensionalidade do processo de empoderamento, não é contraditório constatar que

o PBF pode não ser capaz de romper efeitos deletérios das relações de gênero.<sup>10</sup> Pode-se sugerir, porém, que ele altera aspectos associados à cidadania e amplia as liberdades das mulheres (Bartholo, Passos e Fontoura, 2017).

Por exemplo, alguns trabalhos mostram que a prioridade à mulher no pagamento é vista como algo positivo pelas beneficiárias (Suárez e Libardoni, 2007; Alves e Cavenaghi, 2009; Ahlert, 2013; Rêgo e Pinzani, 2013). Contudo, a justificativa amplamente apontada por elas para apoiar a titularidade feminina é o fato de acharem que a mulher é “quem sabe fazer”; isto é, ela é quem mais conhece as necessidades domésticas e prioriza o bem-estar dos filhos – o que também pode indicar participação insuficiente dos homens nas questões referentes às famílias e aos domicílios (Molyneux, 2006; 2007).

Ademais, alguns trabalhos sugerem que o benefício nem sempre é entendido como “propriedade da mulher” pelas próprias beneficiárias. Ahlert (2013), por exemplo, nota alterações benéficas na rotina de trabalho e discursos positivos em relação à autonomia financeira, mas também que os recursos são primordialmente direcionados aos filhos.

Outro trabalho que identifica os filhos como os verdadeiros “donos” dos recursos é Pereira e Ribeiro (2013). Este, ao analisar um quilombo urbano em Porto Alegre, sinaliza um “controle coletivo” do destino que a mãe dá ao benefício, afetando, assim, a reputação das mulheres na comunidade. Portanto, apesar da titularidade feminina, os destinos dados aos benefícios – e as motivações para essas alocações – nem sempre refletem um maior empoderamento feminino, embora possam elevar o bem-estar da mulher (e da família).

Morton (2013) vai além, ao notar relações distintas com o benefício entre domicílios “mais pobres” e “mais prósperos” – os últimos são aqueles com rendas *per capita* maiores que os primeiros, mas ainda muito aquém da renda média nacional. Nos “mais prósperos”, as mulheres tendem a associar o benefício à autonomia pessoal; já nos “mais pobres”, o benefício é visto como um “dinheiro da família”, sendo alocado em gastos essenciais.

A questão da cidadania é abordada com mais ênfase em Suárez e Libardoni (2007) e em Rêgo e Pinzani (2013). O primeiro trabalho destaca a necessidade de documentos de identificação pessoal para a inclusão no PBF. Em um contexto de muitas mulheres sem documentação, essa obrigação facilita a percepção de que estão inseridas em algo maior.

Como as beneficiárias tendem a ter pouco conhecimento e consciência da ideia de cidadania, que sedimenta, inclusive, o recebimento dos benefícios, o entendimento

---

10. Essa argumentação é aprofundada por Molyneux (2006; 2007), ao problematizar a titularidade feminina em outra importante PTCR: a Progresa/Oportunidades, do México.

de que pertencem a um espaço social maior do que sua vizinhança ou comunidade é relevante, por gerar “uma reviravolta na subjetividade”. Esta pode causar reverberações positivas na autopercepção de pertencimento e de cidadania. Por exemplo, com o benefício, muitas mulheres percebem que são capazes de executar atividades que, antes, eram primordialmente realizadas pelos homens e de resolver problemas sem depender deles. Assim, passam a se identificar como efetivamente presentes na sociedade (Suárez e Libardoni, 2007, p. 147).

Rêgo e Pinzani (2013), por sua vez, discutem o papel das condicionalidades do PBF no fortalecimento da condição de cidadã. Isso porque as condicionalidades representam um vínculo das mulheres com o Estado sem intermediação masculina. Um dos símbolos desse vínculo é o cartão do benefício no nome das mulheres, o que é valorizado por elas.

Os dois últimos trabalhos apontam, ainda, que as beneficiárias também passam a ser percebidas pelos comerciantes locais como “clientes confiáveis”, o que tem grande relevância na vida comunitária. Além disso, em muitos casos, os benefícios são a primeira ou a única renda regular à qual têm acesso, o que possibilita a elas o desenvolvimento da habilidade de lidar com o “dinheiro” e, assim, da capacidade de planejar o consumo.

Outro destaque é a ausência de consenso quanto à possibilidade de o PBF viabilizar a afirmação da mulher no ambiente doméstico ou de reforçar os papéis tradicionais. Em alguns trabalhos, o segundo potencial impacto é defendido em função de as mulheres serem responsabilizadas prioritariamente pelo acompanhamento das condicionalidades do programa (Peixoto, 2010; Passos e Waltenberg, 2016; Carlotto e Mariano, 2012; Pires, 2012).

Em contrapartida, outros trabalhos advogam que o PBF contribui para melhorar a hierarquia familiar a favor da mulher (Suárez e Libardoni, 2007; Rêgo e Pinzani, 2013; De Brauw *et al.*, 2014). Isso porque, com o benefício, ela é capaz de contribuir nos gastos do domicílio e, assim, ganha mais poder para negociar as decisões familiares e mudar o comportamento e a visão de mundo do cônjuge – ainda que tais mudanças não ocorram necessariamente de modo fácil ou pacífico (Sen, 1998; Molyneux, 2006).

Nessa linha, segundo Morton (2013), ao usar o benefício para comprar um móvel ou um eletrodoméstico, uma mulher consegue, de certa forma, dar “corpo” à sua autonomia por meio do objeto adquirido, que fica fixo no domicílio e à vista dos moradores. Assim, o cônjuge passa a entender a independência da mulher por meio desse objeto concreto.

A relação entre o PBF e a inserção da mulher no mercado de trabalho é investigada por Tavares (2010). Esse trabalho observa um efeito positivo do PBF na

oferta de mão de obra de mães beneficiárias. Ressalta-se que a literatura considera “ter um trabalho” como um importante determinante do empoderamento feminino (Lavinas, Cobo e Veiga, 2012).

Moreira *et al.* (2016), ao avaliarem a relação entre o PBF e a incidência de violência doméstica, constatam um efeito não intencional advindo do “viés de seleção conjugal”. A ideia é que, em um relacionamento, a mulher tende a ter menos oportunidades de ascender em seus níveis de educação e de ocupação, o que proporciona vantagens econômicas aos homens e, assim, maior poder no domicílio. Logo, embora a titularidade do PBF seja feminina, a tendência é o homem se apropriar do benefício, mantendo o poder econômico na relação.

A saúde sexual e reprodutiva pode não estar sob o controle da mulher devido a práticas de violência ou à sua crença de que esse controle não é um direito seu (Crissman, Adanu e Harlow, 2012). Por isso, efeitos na fecundidade e na contracepção podem sugerir questões de empoderamento, e não apenas uma decisão custo-benefício de gerar mais filhos, motivada pelos benefícios variáveis do PBF conforme o total de crianças – o embasamento mais usual dos trabalhos.

As evidências nesse sentido também não estabelecem um consenso, dado que são sinalizados efeitos na fecundidade positivos (Berbel, 2011; Cechin, 2015), negativos (Simões e Soares, 2012) ou inexistentes (Signorini e Queiroz, 2011; Rocha, 2017). Finalmente, Couto, Saiani e Kuwahara (2022), ao partirem do arcabouço teórico de agência e de empoderamento feminino, mostram evidências de que o PBF contribui para a capacidade da mulher que não deseja engravidar de tomar decisões que atendam a essa preferência.

Portanto, a breve revisão, realizada nesta seção, dos trabalhos encontrados que avaliam possíveis efeitos do PBF nas vivências das mulheres sinaliza que essa não é uma questão recente, sendo uma motivação recorrente de análises empíricas com variadas estratégias (quadro 2). Além disso, percebe-se que há diversas evidências importantes, mas, no geral, não são estabelecidos consensos, o que é até esperado, dada a complexidade da questão. Essa complexidade também é tema das discussões feitas ao longo da seção.

A revisão mostra ainda a ausência de avaliações do PBF com índices sintéticos, que são adotados para a mensuração do empoderamento feminino em parte da literatura (quadro 1), particularmente naquela associada ao movimento do feminismo acadêmico, que busca tornar o empoderamento mais analítico e metodológico (León, 2001). Assim, ao avaliar os efeitos do PBF com índices sintéticos, este estudo endereça novas evidências aos debates revisados, em especial, ajudando a preencher uma lacuna na literatura empírica. Os exercícios empíricos realizados nesse sentido são discutidos a partir da próxima seção.

### 3 PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS E DADOS

#### 3.1 Índices sintéticos e graus de empoderamento feminino

Para cumprir o objetivo proposto na *Introdução*, este estudo adota a categorização de Couto e Saiani (2021), comentada na seção anterior, e os seus índices sintéticos de empoderamento feminino (quadro 1), quais sejam:<sup>11</sup> i) Índice Econômico e Doméstico (ED); e ii) Índice de Percepção do Consenso em uma Relação Sexual (PCRS). Os dados são da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006,<sup>12</sup> única fonte com as informações necessárias para calcular os índices para uma amostra representativa de mulheres brasileiras e para realizar análises, considerando diversos possíveis determinantes.

A PNDS de 2006 é composta por dados (não balanceados) de 15.575 mulheres, com idade entre 15 e 49 anos, entrevistadas entre meados de 2006 e 2007. Esses dados foram coletados em dois questionários aplicados por equipes de campo: i) um, respondido pelo responsável do domicílio, contendo, entre outros aspectos, variáveis socioeconômicas do domicílio e dos moradores; e ii) o outro, respondido exclusivamente pelas mulheres, com informações referentes a elas e aos filhos menores com até cinco anos, segundo a PNDS de 2006.

As perguntas feitas às mulheres e que foram utilizadas no cálculo dos índices estão no quadro 3. O índice ED alinha-se às dimensões econômica e doméstica do empoderamento feminino – as mais abordadas na literatura (quadro 1) –, sendo construído a partir de perguntas que captam a dinâmica familiar e a capacidade de influenciar decisões financeiras e pessoais. Ressalta-se que, embora as mulheres tendam a ser as principais responsáveis por trabalhos domésticos, o comando de decisões nesse espaço ainda é majoritariamente dos homens (Jesus, 2018; IBGE, 2019). Assim, além da divisão equânime das tarefas, é importante que as mulheres participem das decisões domésticas, justamente o que é captado no índice.

---

11. Couto e Saiani (2021) empregam os índices em análises descritivas de determinantes do empoderamento feminino. Neste trabalho, os índices são usados para fundamentar as variáveis dependentes em regressões, a fim de investigar efeitos do PBF.

12. A PNDS – vinculada ao Demographic and Health Surveys (DHS) Program, da Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e com o Banco Mundial – ocorreu três vezes no Brasil: em 1986, em 1996 e em 2006. Uma outra, que deveria ter ocorrido em 2016, não foi realizada. Assim, a opção aqui é utilizar a mais recente.

**QUADRO 3**  
**Índices ED e PCRS: perguntas e pesos**

Perguntas		Respostas	Pesos
Índice Econômico e Doméstico			
Quem decide/decidia o que fazer com o dinheiro que você ganha/ganhava?		Entrevistada; cônjuge; cônjuge e entrevistada; outro parente; outro parente e entrevistada.	- Peso 2: sozinha. - Peso 1: entrevistada e outras pessoas. - Peso 0: outras pessoas.
Palavra final em:	i) compra de grande valor para a casa?	Entrevistada; cônjuge; cônjuge e entrevistada; outro parente; outro parente e entrevistada; outras pessoas.	
	ii) cuidado com sua própria saúde?		
	iii) compra para as necessidades diárias?		
	iv) visita à família?		
	v) comida preparada diariamente?		
Índice de Percepção do Consenso em uma Relação Sexual			
Acha que a mulher pode se recusar a fazer sexo com o marido/companheiro, quando:	i) sabe que ele tem uma DST?	Sim; não; não sabe.	- Peso 1: sim. - Peso 0: não ou não sabe.
	ii) sabe que ele faz sexo com outras mulheres?		
	iii) ela teve filho recentemente?		
	iv) ela está cansada?		
	v) ela não quer?		

Fontes: PNDS, 2006; Couto e Saiani (2021).

Elaboração dos autores.

Obs.: DST – Doença sexualmente transmissível.

O índice PCRS associa-se à dimensão psicológica. A premissa é a de que a mulher, consciente da sua capacidade de tomar decisões autônomas que envolvam seus desejos e seu corpo, exprime tal consciência nas respostas aos itens da pergunta selecionada da PNDS. Assim, o empoderamento reflete-se na rejeição às normas sociais que dão aos homens um suposto “direito” de manter relações sexuais com a mulher quando desejar, mesmo se ela não estiver disposta (Gupta e Yesudian, 2006). O grau de percepção que uma mulher tem sobre o seu poder em relações íntimas é assumido, então, como indicativo do nível de autoestima – ou, no mínimo, indica avanço na desconstrução da opressão internalizada.

O quadro 3 também mostra os pesos dados às respostas na construção dos índices. Para o índice ED, não há consenso na literatura revisada (quadro 1) sobre os pesos mais adequados. Há trabalhos que consideram apenas se a mulher decidiu sozinha, descartando a decisão conjunta (Al-Riyami, Afifi e Mabry, 2004; Haque *et al.*, 2011; De Braw *et al.*, 2014); outros aceitam todas as respostas em que a mulher contribuiu na decisão, sendo que alguns não diferenciam a decisão sozinha da conjunta (Gupta e Yesudian, 2006; Do e Kurimoto, 2012; Islam *et al.*, 2014);

e vários fazem a diferenciação com pesos, atribuindo valor máximo aos casos em que a mulher decidiu sozinha, valor menor àqueles em que decidiu em conjunto e valor zero àqueles em que ela não se envolveu na decisão (Casique, 2001; Jejeebhoy e Sathar, 2001; Assaad, Nazier e Ramadan, 2014; Patrikar, Basannar e Sharma, 2014; Ewerling *et al.*, 2017). A última alternativa é a opção aqui tomada para o índice ED. Assim, os valores oscilam entre o mínimo de zero e o máximo de doze.

No índice PCRS, não são consideradas mais de duas possibilidades de pesos. É atribuído peso um para as respostas positivas às mulheres e nulo para as negativas e para aquelas que não sabiam responder – assumindo que não saber responder é uma situação desfavorável às mulheres. Considerando a pergunta, os itens selecionados, as respostas e os pesos correspondentes, o valor mínimo do índice PCRS é zero e o máximo é cinco.

Os dois índices de empoderamento feminino são ajustados ao intervalo entre 0 e 1, de acordo com a equação (1), seguindo prática comum da literatura (Haque *et al.*, 2011; Varghese, 2011; Islam *et al.*, 2014). A consistência interna (confiabilidade) dos índices, a partir dos dados dos questionários da PNDS, é verificada pela estatística alfa de Cronbach, assim: quanto mais próximo o valor a 1, maior a consistência, sendo um valor acima de 0,6 considerado aceitável (Cronbach, 1951). O alfa do índice ED é 0,7627 e o do PCRS é 0,7068. Portanto, são adequados para as avaliações deste estudo.

$$\text{empoderamento}_{di} = \frac{\text{pontuação}_{di} - \text{pontuação}_d^{\min}}{\text{pontuação}_d^{\max} - \text{pontuação}_d^{\min}} \quad (1)$$

sendo:

- $\text{empoderamento}_{di}$  o índice de empoderamento na dimensão  $d$  (ED ou PCRS) da mulher  $i$ ;
- $\text{pontuação}_{di}$  a pontuação da mulher  $i$  na dimensão  $d$ ;
- $\text{pontuação}_d^{\min}$  a pontuação mínima em  $d$ ; e
- $\text{pontuação}_d^{\max}$  a pontuação máxima na dimensão  $d$ .

A partir desses índices e à semelhança de Varghese (2011) e de Islam *et al.* (2014), este estudo baseou-se nos parâmetros da Organização das Nações Unidas – ONU (Conceição, 2019) para a classificação do nível de desenvolvimento pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de estabelecer uma categorização dos graus de empoderamento feminino, como descrita a seguir: i) *baixo* (valores inferiores a 0,55); ii) *médio* (valores entre 0,55 e 0,70); iii) *alto* (valores entre 0,70 e 0,79); e iv) *muito alto* (valores acima de 0,80).

Considerando os conjuntos de mulheres que responderam às respectivas perguntas necessárias (quadro 3), a tabela 1 mostra as distribuições delas segundo

os índices, os graus de empoderamento feminino e a participação no PBF. Observa-se que a distribuição é mais proporcional entre os graus pelo índice ED; já no PCRS, há concentração no grau muito alto. As mulheres beneficiárias do PBF superam as não beneficiárias no grau mais elevado do índice ED; enquanto no PCRS, a relação se inverte por uma pequena diferença.

TABELA 1  
Distribuições das mulheres, segundo os graus de empoderamento e a participação no PBF (2006)

Empoderamento		Índice ED		Índice PCRS	
Graus	Valores do IDH	Beneficiárias	Não beneficiárias	Beneficiárias	Não beneficiárias
Baixo	Até 0,550	25,50%	26,87%	4,17%	3,40%
Médio	0,550-0,699	23,68%	25,98%	5,75%	5,04%
Alto	0,700-0,799	14,75%	14,50%	-	-
Muito alto	0,800-1,000	36,07%	32,65%	90,08%	91,56%
Amostras (quantidade de mulheres)		1.647	6.171	2.783	9.211
<b>Total de amostras</b>		<b>7.818</b>		<b>11.994</b>	

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

### 3.2 Métodos e modelos

Um entrave à análise de efeitos de políticas sociais (tratamentos) que beneficiam apenas um segmento da população (tratados) e na qual a definição dos grupos de tratamento e de controle não ocorre aleatoriamente é a existência de viés de (auto) seleção ao tratamento, que faz com que o resultado não seja independente do seu *status* (participação ou não). Ou seja, é possível que os tratados tenham resultado distinto daquele dos não tratados, mesmo se não forem beneficiados pela política. Consequentemente, o resultado médio dos não tratados não é o contrafactual adequado para o resultado médio dos tratados, e a diferença entre esses resultados médios não é o efeito médio do tratamento nos tratados, o ATT.<sup>13</sup>

O PBF é um exemplo de política com alocação não aleatória dos benefícios. No ano aqui analisado (2006), a participação dependia: i) da inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único); e ii) da análise da renda e da composição familiar para a verificação do cumprimento

13. Sigla para o termo em inglês *average treatment effect on the treated*. Os supracitados argumentos são fundamentados pelas discussões de resultados potenciais, de vantagens e de limites da aleatorização. Para mais detalhes, conferir, por exemplo: Roy (1951); Rubin (1974); e Duflo, Glennerster e Kremer (2006).

dos critérios de elegibilidade.<sup>14</sup> A literatura defende a existência de atributos que induzem algumas famílias elegíveis a se inscreverem e outras, não, mesmo estando no público-alvo. Esses atributos também podem afetar os possíveis resultados do PBF em análise, existindo, então, o viés de autosseleção.

Por isso, em investigações de possíveis impactos do PBF, é necessário adotar uma estratégia empírica capaz de lidar com o viés de autosseleção. Quando há dados somente em *cross-section*, como neste estudo, uma opção é a utilização de métodos de *propensity score matching* (PSM), que lidam com a autosseleção decorrente de atributos observados. Vale ressaltar que estratégias baseadas em PSM são tradicionalmente empregadas em avaliações de possíveis efeitos do PBF, como é sinalizado pela revisão de Couto (2020).

A hipótese básica para implementar o PSM é a de ignorabilidade do tratamento; isto é, condicionais a atributos observados que influenciam a seleção, o resultado independe do *status* do tratamento e o viés de (auto)seleção desaparece. Para isso, os grupos de tratamento e de controle devem ser semelhantes em atributos observados, o que é garantido por uma estratégia de *matching* (pareamento). No entanto, quanto mais atributos forem usados, maior é a dificuldade para fazer o pareamento (Caliendo e Kopeinig, 2005).

É devido a essa dificuldade que o PSM se torna uma opção relevante. O pareamento é realizado pela probabilidade predita (*propensity score*) de a mulher  $i$  ser beneficiária do PBF, condicional a atributos observados  $X_i$ . De acordo com Rosenbaum e Rubin (1983), se condicional a  $X_i$ , o resultado independe do *status* do tratamento; a independência também é observada no resultado condicional às probabilidades preditas  $P(X_i)$ . Segundo Caliendo e Kopeinig (2005), essas probabilidades devem ser estimadas por *logit* ou por *probit*, além de serem positivas, e os atributos  $X_i$  não precisam determinar perfeitamente o *status* do tratamento; isto é,  $0 < P(X_i) < 1$ , sem que  $P(X_i)$  assuma valores extremos (0 ou 1).

Resumidamente, o PSM é uma estratégia de ponderação para balancear os atributos observados entre tratados e não tratados. Para aumentar ainda mais a comparabilidade entre os grupos de tratamento e de controle, pode-se impor uma condição de suporte comum. Aqui, adota-se a proposta de Dehejia e Wahba (1999; 2002): exclusão das não tratadas com probabilidades preditas inferiores à mínima ou superiores à máxima das tratadas.

Existem variados métodos de pareamento, que se diferenciam quanto às definições dos pesos e, assim, dos grupos de controle. Assintoticamente, os resultados tendem a ser próximos, não sendo possível apontar um método de PSM como

---

14. Em Brasil (2004; 2023), em Silva (2018) e em Couto (2020), entre outros, é possível identificar os critérios de elegibilidade e as poucas alterações destes ao longo da vigência do PBF.

sempre superior. Por isso, para avaliar a robustez dos resultados, a literatura sugere o emprego de mais de um método (Heckman, Ichimura e Todd, 1997; Dehejia e Wahba, 2002; Caliendo e Kopeinig, 2005).

Neste estudo, opta-se por dois: a) o *nearest neighbour matching* – “vizinho mais próximo” (VMP); e b) o Kernel *matching* (KM). No VMP, cada mulher tratada é pareada à não tratada mais próxima em *propensity scores*, podendo ser sem (VMP-SR) ou com reposição (VMP-CR) – isto é, uma não tratada utilizada mais de uma vez como par de uma tratada. É atribuído peso zero às não tratadas não pareadas. No VMP-CR, as não tratadas pareadas a mais de uma tratada recebem pesos maiores que um, proporcionais ao número de vezes em que são empregadas (Caliendo e Kopeinig, 2005).

No KM, o contrafactual é construído pela média ponderada das não tratadas. Os pesos são inversamente proporcionais à diferença entre os *propensity scores* de cada não tratada e de cada tratada com a qual aquela é pareada. Em princípio, não é atribuído peso zero a nenhuma não tratada, nem mesmo àquelas bem diferentes das tratadas em atributos observados; isto é, todas as não tratadas são consideradas. Assim, para garantir maior comparabilidade entre os grupos de tratamento e de controle, pode-se impor uma distância (*bandwidth*) máxima entre os *propensity scores* dos tratados e dos não tratados. Seguindo prática usual na literatura (Heckman, Ichimura e Todd, 1997), são adotadas distâncias de 0,06 (KM-0,06) e de 0,01 (KM-0,01).

Para avaliar a qualidade dos pareamentos, são realizados testes *t* de diferenças de médias das variáveis explicativas entre os grupos de tratamento e de controle antes e depois do pareamento. A hipótese nula é que não existem diferenças de médias. Caso as estatísticas *t* sejam significativas, as médias são diferentes. Após o pareamento, as diferenças devem sumir – tornar-se estatisticamente não significativas (Rosenbaum e Rubin, 1985). Outra forma de verificar a qualidade do pareamento é a comparação de gráficos com as funções de densidade dos *propensity scores* antes e depois do *matching* (Caliendo e Kopeinig, 2005). Na comparação feita após o *matching*, os gráficos das tratadas e das não tratadas devem ser mais semelhantes.

Ademais, para garantir maior precisão com combinação de métodos, as estimações são realizadas em “dois estágios” – estimador duplo robusto (Bang e Robins, 2005). No “1º estágio”, é estimado por *probit* um modelo baseado na equação (2), pelo qual são calculados os *propensity scores*  $P(X_i)$  usados em cada método de PSM para definir os pesos e fazer os pareamentos. Para isso, são respeitados os apontamentos da literatura: i) a inclusão de variáveis não significativas não resulta em viés; e ii) uma variável só deve ser excluída se houver um consenso de que ela não afeta o resultado (Caliendo e Kopeinig, 2005).

$$Prob(PBF_i = 1|X_i) = P(X_i) = \alpha_0 + \alpha_1 X_i + e_i \quad (2)$$

Sendo:

- $PBF_i$  a *dummy* mulher  $i$  beneficiária (igual a 1) ou não (igual a zero) do PBF;
- $Prob(PBF_i = 1|X_i) = P(X_i)$  a probabilidade predita (*propensity score*), condicional a  $X_i$  de a mulher  $i$  ser beneficiária;
- $\alpha_0$  a constante;
- $\alpha_1$  o vetor de coeficientes associados às variáveis explicativas  $X_i$ ; e
- $e_i$  o erro.

No “2º estágio”, são estimados, também por *probit*, modelos baseados na equação (3). A opção por esse método para os “dois estágios” deve-se ao fato de as variáveis dependentes serem binárias. Por *probit*, as estimações são por máxima verossimilhança e, ao contrário de regressões de probabilidades lineares, têm a vantagem de ajustar as probabilidades preditas entre 0 e 1. Os sinais e as significâncias dos coeficientes podem ser interpretados, as suas magnitudes, não, em função de especificidades do método. Assim, são adotados procedimentos adicionais apontados na literatura (Greene, 1997) para calcular os efeitos marginais e para sugerir as magnitudes dos possíveis efeitos do PBF.

$$Prob(EF_i = 1|PBF_i, X_i) = \beta_0 + \beta_1 PBF_i + \beta_2 X_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

Sendo:

- $EF_i$  as variáveis dependentes referentes à mulher  $i$ ;
- $Prob(EF_i = 1|PBF_i, X_i)$  a probabilidade predita (*propensity score*), condicional a  $PBF_i$  e a  $X_i$  de a variável dependente assumir o valor 1 na mulher  $i$ ;
- $\beta_0$  a constante;
- $PBF_i$  a *dummy* representativa de a mulher  $i$  ser ou não beneficiária do PBF;
- $\beta_1$  o coeficiente associado à *dummy* PBF;
- $X_i$  o vetor de variáveis explicativas;
- $\beta_2$  o vetor de coeficientes associados a essas variáveis; e
- $e_i$  o erro.

A partir dos índices sintéticos e dos consequentes graus de empoderamento feminino discutidos na subseção anterior, são criadas as variáveis *dummies* do quadro 4. Por meio destas, as amostras de mulheres que responderam às questões-base de cada índice (quadro 3) são segmentadas. O intuito é avaliar se o PBF contribuiu para “mudanças” entre os graus de empoderamento e, caso se conclua que sim, analisar se

os efeitos são específicos entre graus ou generalizados; isto é, se, para mulheres com atributos similares, o programa faz com que aquelas que são beneficiárias tendam a ter um grau de empoderamento superior às não beneficiárias.

Portanto, as *dummies* do quadro 4 têm o duplo papel de determinar as subamostras para cada índice e de ser, ao mesmo tempo, variáveis dependentes ( $EF_i$ ) dos modelos baseados na equação (3). Assim, as estimações são realizadas subamostra a subamostra. Ressalva-se que, para os valores de corte estabelecidos na classificação dos diferentes graus (tabela 1), não há mulheres com grau alto de empoderamento na dimensão PCRS. Por isso, nesse caso, a análise é entre os graus médio e muito alto.

Como já mencionado, a variável explicativa de interesse para este estudo é a *dummy* PBF ( $PBF_i$ ) – que reflete o *status* do tratamento, sendo igual a 1 nas beneficiárias e a 0 nas demais mulheres. Na PNDS de 2006, quase 24% das mulheres entrevistadas eram beneficiárias (tabela 1). Vale ressaltar que algumas se declararam como atendidas por programas que foram extintos para compor o PBF (Auxílio Gás e Cartão Alimentação). Assim como realizado por Camelo, Tavares e Saiani (2009), por Tavares (2010) e por Couto, Saiani e Kuwahara (2022), essas mulheres são aqui consideradas como contempladas pelo PBF, assumindo que, em 2006, elas não tinham assimilado a consolidação das políticas de transferência de renda.

#### QUADRO 4

##### Variáveis dependentes utilizadas nas estimações (*dummies* “mudanças” de graus de empoderamento feminino)

Índices	Variáveis dependentes	
	<i>Dummies</i>	Descrições
Índice ED	<i>MuitoAlto-Outros</i> <sup>ED</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau muito alto de empoderamento na dimensão ED, e a 0, se tem outro grau.
	<i>MuitoAlto-Alto</i> <sup>ED</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau muito alto de empoderamento na dimensão ED, e a 0, se tem grau alto.
	<i>Alto-Médio</i> <sup>ED</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau alto de empoderamento na dimensão ED, e a 0, se tem grau médio.
	<i>Médio-Baixo</i> <sup>ED</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau médio de empoderamento na dimensão ED, e a 0, se tem grau baixo.
Índice PCRS	<i>MuitoAlto-Outros</i> <sup>PCRS</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau muito alto de empoderamento na dimensão PCRS, e a 0, se tem outro grau.
	<i>MuitoAlto-Médio</i> <sup>PCRS</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau muito alto de empoderamento na dimensão PCRS, e a 0, se tem grau médio.
	<i>Médio-Baixo</i> <sup>PCRS</sup>	Igual a 1, se a mulher tem grau médio de empoderamento na dimensão PCRS, e a 0, se tem grau baixo.

Fonte: PNDS (2006). Disponível em:  
Elaboração dos autores.

As variáveis de controle ( $X_i$ ), expostas na tabela 2, refletem possíveis determinantes da participação no PBF e do empoderamento. A inserção de controles que podem afetar o *status* do tratamento e os resultados é uma condição do PSM (Caliendo e Kopeinig, 2005). Na literatura, atributos pessoais, comportamentais, geográficos e domiciliares são discutidos como possíveis condicionantes do empoderamento feminino. Ademais, alguns dos mesmos atributos são utilizados para lidar com o viés de seleção em análises do PBF (Tavares, 2010; Signorini e Queiroz, 2011; Passos e Waltenberg, 2016).

Por último, cabe apontar justificativas para as variáveis explicativas como possíveis condicionantes do empoderamento feminino. A variável *idade* é a *proxy* para o “estágio da vida”, tendo o intuito de captar diferenças geracionais de pensamento e de comportamento (Jejeebhoy e Sathar, 2001; Mason e Smith, 2003). A variável *escolaridade* é uma medida que sinaliza tanto o nível de conhecimento da mulher quanto a sua posição socioeconômica (Malhotra, Schuler e Boender, 2002; Assaad, Nazier e Ramadan, 2014). A variável *trabalho* indica o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, à renda e ao potencial maior nível de autonomia da mulher (Jejeebhoy e Sathar, 2001; Mason e Smith, 2003).

TABELA 2  
Variáveis explicativas de controle utilizadas nas estimações

Variáveis	Descrições	Médias <sup>3</sup>	Desvios-padrão	Mínimos	Máximos
Atributos pessoais					
Idade	Idade da mulher	31,252	9,705	15,000	49,000
Escolaridade	Número de anos de estudo da mulher.	7,776	3,448	0,000	12,000
Trabalho	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher tem alguma ocupação remunerada.	0,569	0,495	0,000	1,000
Cônjuge	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher tem um cônjuge.	0,680	0,466	0,000	1,000
Branca <sup>1</sup>	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher se autodeclara branca.	0,384	0,486	0,000	1,000
Preta	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher se autodeclara preta.	0,098	0,298	0,000	1,000
Parda	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher se autodeclara parda.	0,467	0,499	0,000	1,000
Amarela indígena	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher se autodeclara amarela ou indígena.	0,050	0,219	0,000	1,000
Rendimento	Rendimento domiciliar do trabalho (exceto empregados e pensionistas).	1.245,30	1.851,70	7,00	50.000,00

(Continua)

(Continuação)

Variáveis	Descrições	Médias <sup>3</sup>	Desvios-padrão	Mínimos	Máximos
Atributos relacionais (relação com o responsável do domicílio)					
Responsável	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher é a responsável do domicílio.	0,107	0,309	0,000	1,000
Cônjuge do responsável <sup>1</sup>	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher é cônjuge do responsável do domicílio.	0,615	0,487	0,000	1,000
Filha do responsável	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher é filha do responsável do domicílio.	0,205	0,404	0,000	1,000
Outro do responsável	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher tem outra relação com o responsável do domicílio. <sup>2</sup>	0,073	0,260	0,000	1,000
Filhos	Número de filhos de 0 a 15 anos de idade.	1,135	1,252	0,000	10,000
Atributos comportamentais					
Informação	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher tem contato com jornal, revista, rádio ou televisão.	0,892	0,311	0,000	1,000
Católica	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher pertence à religião católica.	0,655	0,475	0,000	1,000
Evangélica <sup>1</sup>	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher pertence à religião evangélica.	0,226	0,418	0,000	1,000
Outras religiões	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher pertence à religião espírita, afro-brasileira ou outra.	0,048	0,214	0,000	1,000
Sem religião	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher não pertence a qualquer religião.	0,071	0,257	0,000	1,000
Atributos geográficos					
Norte	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher mora no Norte.	0,184	0,388	0,000	1,000
Nordeste <sup>1</sup>	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher mora no Nordeste.	0,196	0,397	0,000	1,000
Sul	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher mora no Sul.	0,206	0,404	0,000	1,000
Sudeste	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher mora no Sudeste.	0,209	0,407	0,000	1,000
Centro-Oeste	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher mora no Centro-Oeste.	0,205	0,404	0,000	1,000
Urbano	<i>Dummy</i> igual a 1, se a mulher mora em área urbana.	0,722	0,448	0,000	1,000
Atributos domiciliares					
Densidade	Razão entre o total de residentes no domicílio e o número de cômodos.	0,854	0,720	0,070	17,000
Rede de água	<i>Dummy</i> igual a 1, se o domicílio tem acesso à rede de abastecimento de água.	0,714	0,452	0,000	1,000
Rede de esgoto	<i>Dummy</i> igual a 1, se o domicílio tem coleta de esgoto por rede.	0,378	0,485	0,000	1,000
Eletricidade	<i>Dummy</i> igual a 1, se o domicílio tem acesso à eletricidade.	0,983	0,128	0,000	1,000

Fonte: PNDS (2006). Disponível em:  
Elaboração dos autores.

Notas: <sup>1</sup> *Dummies* de referência.

<sup>2</sup> Configura-se como outro tipo de relação com o responsável: enteada, neta, mãe, sogra, irmã, nora, outro parente, adotada ou outros, sem parentesco.

<sup>3</sup> Em uma *dummy*, a média multiplicada por 100 sinaliza a proporção (%) da amostra que assume o valor 1.

A variável *cônjuge* é considerada, por sinalizar a composição familiar e o possível impacto de estar em um relacionamento, no grau de empoderamento feminino (Passos e Waltenberg, 2016). As variáveis *cor*, *regiões geográficas* e *urbano* são incluídas nas estimações em função de o Brasil apresentar fortes disparidades regionais e associadas à *cor/etnia*, o que tende a influenciar as oportunidades das mulheres com esses atributos (Malhotra, Schuler e Boender, 2002; Assaad, Nazier e Ramadan, 2014; Passos e Waltenberg, 2016).

A variável *rendimento* tem o papel de controlar efeitos da situação socioeconômica no empoderamento, assim como os atributos domiciliares (Mason e Smith, 2003). As *dummies* de relacionamento com o responsável pelo domicílio tentam captar os impactos de possíveis hierarquias existentes no ambiente doméstico (Simões e Soares, 2012).

A variável *filho* é importante por influenciar o valor do benefício do PBF (Brasil, 2004; 2023) e porque ter filho é uma das fontes de determinação do papel social da mulher (De Brauw *et al.*, 2014). A *informação* tenta captar a visão de mundo da mulher, que pode ser moldada pelo acesso a meios de comunicação (Gupta e Yesudian, 2006). Finalmente, os controles pelas *dummies* de orientações religiosas são relevantes devido ao fato de a religião ser tradicionalmente uma das principais formadoras e controladoras das normas sociais, inclusive de gênero (Jejeebhoy e Sathar, 2001; Haque *et al.*, 2011).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na sequência, são analisados os resultados das estimações apresentadas na seção anterior.<sup>15</sup> A tabela 3 refere-se ao índice ED. Verifica-se que o PBF não é associado a coeficientes significativos no grau muito alto de empoderamento, tanto no sentido de as mulheres de todos os outros graus o atingirem (*MuitoAlto-Outros<sup>ED</sup>*) como, especificamente, de as mulheres do grau alto passarem ao muito alto (*MuitoAlto-Alto<sup>ED</sup>*), devido ao PBF. O mesmo pode ser defendido quanto à mudança do grau baixo para o médio (*Médio-Baixo<sup>ED</sup>*), uma vez que não há robustez à atribuição de efeito ao programa, dado que é constatada significância apenas pelo método do “vizinho mais próximo” com reposição (VMP-CR).

---

15. Por questão de espaço e sem fugir do escopo do estudo, são reportados apenas os resultados associados ao PBF. Os demais podem ser disponibilizados pelos autores. Os testes de diferenças de média entre as mulheres tratadas e as não tratadas, antes e após os pareamentos, para todas as variáveis, amostras e métodos de PSM, constam no apêndice A (tabelas A.1 a A.7), assim como os gráficos com as funções de densidade dos *propensity scores* (gráficos A.1 a A.7). No geral, observa-se relativo sucesso (qualidade) do pareamento em balancear os grupos de tratamento e de controle em termos dos atributos observados: após o pareamento, existem poucas diferenças significativas das médias dos atributos entre os grupos; ademais, os gráficos apresentam padrões mais semelhantes (Rosenbaum e Rubin, 1985; Caliendo e Kopeinig, 2005).

TABELA 3  
Efeitos do PBF sobre “mudanças” de grau de empoderamento feminino pelo índice ED<sup>1</sup>

Graus de empoderamento	Variáveis	Métodos de pareamento (PSM)				
		VMP-SR	VMP-CR	KM-0,06	KM-0,01	
MuitoAlto-Outro <sup>ED</sup>		0,0238 (0,0878) [0,0547]	0,0081 (0,0295) [0,0679]	0,0144 (0,0520) [0,0516]	0,0128 (0,0465) [0,0527]	
	Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim	
	Observações	Tratadas	1.434	1.434	1.434	1.433
		Não tratadas	1.434	958	5.986	5.986
	PBF (Tratamento)	-0,0116 (-0,0418) [0,0769]	-0,0247 (-0,0918) [0,0967]	-0,0131 (-0,0474) [0,0733]	-0,0076 (-0,0276) [0,0759]	
MuitoAlto-Alto <sup>ED</sup>	Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim	
	Observações	Tratadas	738	738	738	729
		Não tratadas	738	462	2.814	2.811
	PBF (Tratamento)	0,0600** (0,1707) [0,0810]	0,0451 (0,1277) [0,1005]	0,0599** (0,1694) [0,0769]	0,0663** (0,1878) [0,0786]	
	Alto-Médio <sup>ED</sup>	Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações		Tratadas	532	532	532	525
		Não tratadas	532	345	2.440	2.439
PBF (Tratamento)		0,0324 (0,0964) [0,0720]	0,0589** (0,1753) [0,0868]	0,0034 (0,0101) [0,0669]	0,0146 (0,0428) [0,0690]	
Médio-Baixo <sup>ED</sup>		Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim
	Observações	Tratadas	694	694	694	686
		Não tratadas	694	492	3.172	3.170

Fonte: PNDS (2006). Disponível em:  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Estimções por *probit* reponderadas por PSM.

Obs.: 1. Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,05$ ; e \*  $p < 0,1$ .

2. Efeitos marginais em destaque (itálico).

3. Coeficientes estimados entre parênteses.

4. Erros-padrão entre colchetes.

Em contrapartida, os resultados são relativamente robustos para mudanças do grau médio para o alto (*Alto-Médio<sup>ED</sup>*). Como o coeficiente estimado não é significativo apenas no PSM pelo método do “vizinho mais próximo” com reposição (VMP-CR), mas com consistência de sinal, não é possível refutar um efeito positivo do PBF nessa subamostra. Ou seja, é plausível sugerir que o PBF resulta em ganho de empoderamento, ajudando as beneficiárias a passarem do grau médio ao alto do índice ED. Pelos métodos VMP-SR e KM-0,06, o PBF aumenta em aproximadamente 6 pontos percentuais (p.p.) a probabilidade de que essa alteração de grau ocorra; já por KM-0,01, o efeito é de 6,6 p.p.

A tabela 4 reporta os resultados das estimações referentes ao índice PCRS. Nota-se que todos os coeficientes estimados associados à *dummy* PBF não são estatisticamente significativos. Assim, ao contrário do que foi constatado em um caso (*Alto-Médio*<sup>ED</sup>) nas dimensões econômica e doméstica (índice ED), não são observados efeitos na percepção das beneficiárias do programa a respeito do consenso em uma relação sexual; ou seja, não é possível atribuir ganhos de empoderamento na dimensão psicológica à participação no PBF.

TABELA 4  
Efeitos do PBF sobre “mudanças” de grau de empoderamento feminino pelo índice PCRS<sup>1</sup>

Graus de empoderamento	Variáveis	Métodos de pareamento (PSM)				
		VMP-SR	VMP-CR	KM-0,06	KM-0,01	
<i>MuitoAlto-Outro</i> <sup>PCRS</sup>	PBF (Tratamento)	-0,0091 (-0,0574) [0,0518]	-0,0028 (-0,0171) [0,0629]	-0,0079 (-0,0490) [0,0497]	-0,0051 (-0,0311) [0,0514]	
	Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim	
	Observações	Tratadas	2.405	2.405	2.405	2.405
		Não tratadas	2.405	1.549	8.820	8.819
	PBF (Tratamento)	-0,0105 (-0,0975) [0,0614]	-0,0128 (-0,1223) [0,0784]	-0,0087 (-0,0801) [0,0581]	-0,0094 (-0,0867) [0,0594]	
<i>MuitoAlto-Médio</i> <sup>PCRS</sup>	Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim	
	Observações	Tratadas	2.314	2.314	2.314	2.314
		Não tratadas	2.314	1.494	8.533	8.531
	PBF (Tratamento)	0,0189 (0,0521) [0,1239]	-0,0089 (-0,0250) [0,1514]	0,0267 (0,0720) [0,1203]	0,0200 (0,0546) [0,1262]	
	Variáveis de controle	Sim	Sim	Sim	Sim	
<i>Médio-Baixo</i> <sup>PCRS</sup>	Observações	Tratadas	228	228	228	220
		Não tratadas	228	140	735	693

Fonte: PNDS (2006). Disponível em:

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Estimções por *probit* reponderadas por PSM.

Obs.: 1. Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,05$ ; e \*  $p < 0,1$ .

2. Efeitos marginais em destaque (itálico).

3. Coeficientes estimados entre parênteses.

4. Erros-padrão entre colchetes.

Portanto, o conjunto de resultados encontrados contribui para o debate sobre a interface de gênero do PBF. Constata-se que, embora, nas suas normas, não tenha sido definido um objetivo associado ao empoderamento feminino – o que não impediu que essa possível consequência tivesse sido ressaltada em discursos, em propagandas e em documentos do governo federal –, ao transferir os benefícios prioritariamente às mulheres, com a justificativa de elas darem mais ênfase ao

bem-estar dos filhos e da família como um todo, o Bolsa Família pode contribuir para ampliar o empoderamento feminino nas dimensões econômica e doméstica. Contudo, esse efeito não ocorre de forma generalizada entre as beneficiárias, mas, sim, para um grupo específico de mulheres que já têm certo grau de consciência e de empoderamento.

Por último, vale ressaltar que a revisão da segunda seção mostrou que as evidências de outros trabalhos não estabelecem um consenso em relação aos impactos do PBF no empoderamento feminino, mas existem indícios favoráveis ao aumento da afirmação da autoridade das mulheres no espaço doméstico (Suárez e Libardoni, 2007; Rêgo e Pinzani, 2013; De Brauw *et al.*, 2014). Assim, o destaque a partir dos resultados deste estudo é que isso pode não acontecer de modo indiscriminado, mas, sim, apenas com as mulheres que já têm alguma influência nas decisões familiares, as quais passam a ter maior probabilidade de expandir o grau de empoderamento ao receberem os benefícios do PBF.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-se na diretriz institucional do PBF que define a transferência prioritária dos benefícios às mulheres, o estudo teve como principal objetivo investigar se essa importante PTCR, uma das maiores do mundo, pode ser considerada uma catalisadora (ou facilitadora) do processo de empoderamento feminino, possibilitando que as mulheres alcancem maiores níveis de poder. Com dados da PNDS de 2006, foram feitas regressões por *probit* com *propensity score matching* para dois índices sintéticos de empoderamento: i) um que capta as dimensões econômica e doméstica do processo; e ii) outro associado à dimensão psicológica – sinalizando o poder das mulheres de tomar decisões autônomas quanto a seus desejos e a seus corpos – e que reflete a percepção delas quanto ao consenso em relações sexuais.

As evidências obtidas apontaram um efeito positivo do PBF pelo índice econômico e doméstico, sugerindo um aumento em aproximadamente 6 p.p. da probabilidade de uma mulher passar do grau médio ao alto de empoderamento. Assim, o programa pode ter sucesso em catalisar (ou facilitar) condições que estimulem e fortaleçam o grau de empoderamento de suas beneficiárias. Esse efeito, contudo, não é generalizado, sendo específico àquelas mulheres que já têm relativo poder e consciência em situações afetas ao seu cotidiano econômico e doméstico. Ao receberem os benefícios do PBF, elas têm mais chances de aprimorar suas vivências e de elevar seus graus de empoderamento nessas dimensões.

Para mudanças entre outros graus de empoderamento feminino captados pelo índice econômico e doméstico ou entre quaisquer graus de empoderamento, segundo o índice de percepção do consenso em relações sexuais, o recebimento de benefícios do PBF não é associado a efeitos significativos. Assim, o estudo contribuiu

com evidências adicionais à literatura empírica sobre possíveis impactos do PBF em questões de gênero; literatura esta que não estabelece um consenso quanto ao empoderamento feminino.

Reforçando esse entendimento, aqui é encontrado um efeito positivo do programa no empoderamento, mas que é bastante específico. Considerando que o PBF não apresenta quaisquer artifícios ou medidas voltadas especificamente à realidade das mulheres, o resultado encontrado é positivo, ao sinalizar um efeito do programa que causa reverberações positivas na sociedade, em especial, nas relações de gênero.

Uma consideração importante, à luz de toda a discussão do estudo, é que o PBF aproveita as normas de gênero para obter relativo sucesso em seus objetivos de bem-estar de crianças e de adolescentes – motivação explicitada para a prioridade dada às mulheres no pagamento dos benefícios –, mas não promove ações de mudanças definitivas na agência de todas as beneficiárias, no sentido de conseguirem criar oportunidades de melhorias na própria vida.

Esse apontamento de modo algum desmerece os diversos efeitos favoráveis do PBF desde sua implementação, inclusive em questões de gênero – cujas principais evidências encontradas foram sistematizadas na segunda seção deste estudo. Na verdade, somente chama atenção para a importância da transformação do papel social que grande parte das mulheres brasileiras desempenha e que o PBF afeta indireta e parcialmente.

Enfim, um último aspecto que merece destaque é a importância da disponibilidade de dados que captem as experiências e as vivências das mulheres para análises de questões de gênero em geral e, especificamente, de empoderamento feminino. Isso porque, embora a pesquisa utilizada (PNDS) tenha sido feita pela última vez em 2006 e isso não tenha comprometido o objetivo deste estudo, é inegável que a disponibilidade de dados mais recentes e longitudinais proporcionaria evidências mais robustas para avaliações sobre uma PTCR que está há muito tempo em pauta no debate político e acadêmico, tanto nacional quanto mundial.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, M. A. “Precisão” e o “luxo”: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 69-86, 1º abr. 2013.

AL-RIYAMI, A.; AFIFI, M.; MABRY, R. M. Women’s autonomy, education and employment in Oman and their influence on contraceptive use. **Reproductive Health Matters**, v. 12, n. 23, p. 144-154, 2004.

ALEMAYEHU, Y. K. *et al.* The role of empowerment in the association between a woman's educational status and infant mortality in Ethiopia: secondary analysis of demographic and health surveys. **Ethiopian Journal Health Science**, v. 25, n. 4, p. 353-362, out. 2015.

ALSOP, R. *et al.* **Empowerment in practice: from analysis and implementation.** Washington: World Bank, 2007.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Dinâmica demográfica e políticas de transferência de renda: o caso do Programa Bolsa Família no Recife. **Revista Latinoamericana de Población**, n. 4-5, p. 165-188, jan.-dez. 2009.

ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista CEPAL**, n. 85, p. 101-113, ago. 2004.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 2015.

ASSAAD, R. A.; NAZIER, H.; RAMADAN, R. **Individual and households determinants of women empowerment: application to the case of Egypt.** Guizé: Economic Research Forum, nov. 2014. (Working Paper, n. 867).

BANG, H.; ROBINS, J. M. Doubly robust estimation in missing data and casual inference models. **Biometrics**, v. 61, n. 4, p. 962-973, dez. 2005.

BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. de O. L. Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 21, n. 70, p. 264-281, set.-dez. 2016.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro: Ipea, set. 2017. (Texto para Discussão, n. 2331).

BASTOS, A. B. *et al.* **Insurreição de gênero nos espaços de poder: a representatividade feminina na política brasileira à luz da reforma eleitoral.** Belo Horizonte: Motres, 2018.

BATLIWALA, S. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. *In*: LEÓN, M. (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Bogotá: Tercer Mundo, 1997. p. 187-211.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. v. 2.

BERBEL, C. S. **O uso de transferências condicionais de renda para diminuição da fecundidade.** 2011. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

BERTH, J. **Empoderamento.** São Paulo: Pólen, 2019.

BLUMBERG, R. L. Women's economic empowerment as the "magic potion" of development? *In*: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 100., 2005, Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos. **Anais...** ago. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 3, 20 set. 2004. Seção 1.

BRASIL. **Bolsa Família**: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasília: MDS, 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 2 mar. 2023.

CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. **Some practical guidance for the implementation of Propensity Score Matching**. Bonn: IZA, maio 2005. (Discussion Paper, n. 1588).

CAMELO, R. de S.; TAVARES, P. A.; SAIANI, C. C. S. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família. **Economia**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 685-713, dez. 2009.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania – sumário executivo. Brasília: Ipea, 2014.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258-272, ago.-dez. 2012.

CASIQUE, I. What difference does it make? Women's autonomy and power and use of contraception in Mexico. *In*: GENERAL POPULATION CONFERENCE, 24., 2001, Salvador, Bahia. **Anais...** Paris: IUSSP, ago. 2001.

CAVALCANTE, P. L. C. Programas de transferência de renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 2, p. 105-118, abr.-jun. 2011.

CECHIN, L. A. W. **O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

CONCEIÇÃO, P. **Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today – inequalities in human development in the 21<sup>st</sup> century.** Nova York: UNDP, 2019.

COSTA, D. M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e autonomia das mulheres.** [s.l.]: Poverty Centre; UNDP, 2008.

COUTO, M. C. do A. **Empoderamento feminino e políticas de transferência condicional de renda: uma avaliação do Programa Bolsa Família.** 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

COUTO, M. C. do A.; SAIANI, C. C. S. Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: índices e caracterização por atributos locacionais e individuais e participação no Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-22, 2021.

COUTO, M. C. do A.; SAIANI, C. C. S.; KUWAHARA, M. Y. Contracepção e autonomia das mulheres na decisão pela gravidez: efeitos do Programa Bolsa Família. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 229-255, jan.-abr. 2022.

CRISSMAN, H. P.; ADANU, R. M.; HARLOW, S. D. Women's sexual empowerment and contraceptive use in Ghana. **Studies in Family Planning**, v. 43, n. 3, p. 201-212, set. 2012.

CRONBACH, L. J. Coefficient Alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, v. 16, n. 3, p. 297-334, set. 1951.

CURRALERO, C. B. *et al.* As condicionalidades do Programa Bolsa Família. *In*: CASTRO, J. A. de; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: Ipea, 2010. v. 1.

DE BRAUW, A. *et al.* The impact of Bolsa Família on women's decision-making power. **World Development**, v. 59, p. 487-504, 2014.

DEHEJIA, R. H.; WAHBA, S. Causal effects in nonexperimental studies: reevaluating the evaluation of training programs. **Journal of the American Statistical Association**, v. 94, n. 448, p. 1053-1062, dez. 1999.

DEHEJIA, R. H.; WAHBA, S. Propensity Score-Matching methods for nonexperimental causal studies. **The Review of Economics and Statistics**, v. 84, n. 1, p. 151-161, fev. 2002.

DO, M.; KURIMOTO, N. Women's empowerment and choice of contraceptive methods in selected african countries. **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, v. 38, n. 1, p. 23-33, mar. 2012.

DUFLO, E.; GLENNERSTER, R.; KREMER, M. **Using randomization in development economics research: a toolkit**. Cambridge, Estados Unidos: MIT, 12 dez. 2006. (Working Paper, n. 6-36).

EWERLING, F. *et al.* The SWPER index for women's empowerment in Africa: development and validation of an index based on survey data. **Lancet Global Health**, v. 5, n. 9, p. 916-923, set. 2017.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 3. ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 1997.

GUPTA, K.; YESUDIAN, P. P. Evidence of women's empowerment in India: a study of socio-spatial disparities. **GeoJournal**, v. 65, n. 4, p. 365-380, maio 2006.

HAQUE, M. *et al.* Women empowerment or autonomy: a comparative view in Bangladesh context. **Bangladesh e-Journal of Sociology**, v. 8, n. 2, p. 17-30, jul. 2011.

HECKMAN, J. J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. E. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training programme. **Economic Studies**, v. 64, n. 4, p. 605-654, out. 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Outras formas de trabalho**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World employment and social outlook: trends for women 2017**. Genebra: ILO, 2017.

ISLAM, T. M. *et al.* The intergenerational transmission of intimate partner violence in Bangladesh. **Global Health Action**, v. 7, p. 1-11, maio 2014.

JEJEEBHOY, S. J.; SATHAR, Z. A. Women's autonomy in India and Pakistan: the influence of religion and region. **Population and Development Review**, v. 27, n. 4, p. 687-712, dez. 2001.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KABEER, N. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change**, v. 30, p. 435-464, 1999.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

KLASEN, S.; LAMANNA, F. The impact of gender inequality in education and employment on economic growth: new evidence for a panel of countries. **Feminist Economics**, v. 15, n. 3, p. 91-132, 2009.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, p. 31-56, jan.-jun. 2012.

LEITÃO, M. do R. de F. A.; INÁCIO, P. H. D. **O Programa Bolsa Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco**. Brasília: MDS, 2011.

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventaña**, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001.

LEROY, R. S. D. *et al.* Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 449-465, out.-dez. 2011.

LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. de. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, p. 275-297, 2015.

LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *In: FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER*, 2008, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: ago. 2008.

MAGESTE, G. de S.; MELO, M. C. de O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 5., 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...** Belo Horizonte: Anpad, 2008.

MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. **Measuring women's empowerment as a variable in international development**. Washington: World Bank, jun. 2002.

MASON, K.; SMITH, H. L. **Women's empowerment and social context: results from five asian countries**. Washington: World Bank, jan. 2003.

MOLYNEUX, M. Mothers at the service of the new poverty agenda: progress/opportunities, Mexico's conditional transfer programme. **Social Policy and Administration**, v. 40, n. 4, p. 425-449, ago. 2006.

MOLYNEUX, M. Two cheers for CCTs. **IDS Bulletin**, v. 38, n. 3, p. 69-74, maio 2007.

MOREIRA, G. C. *et al.* Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, out.-dez. 2016.

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; MATTA, I. B. da. De um lado este carnaval, do outro machismo total? Reflexões sobre gênero e Programa Bolsa Família. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, set. 2013.

MOREIRA, N. C.; LIMA, A. A. T. de F. de C.; LOPES, M. de F. Dimensões do empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, set. 2011.

MOREIRA, N. C. *et al.* Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos centros de referência de assistência social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 403-423, mar.-abr. 2012.

MORTON, G. D. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 43-67, abr. 2013.

PASSOS, L.; WALTENBERG, F. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 517-539, set.-dez. 2016.

PATRIKAR, S. R.; BASANNAR, D. R.; SHARMA, M. S. Women empowerment and use of contraception. **Medical Journal Armed Forces India**, v. 70, n. 3, p. 253-256, jul. 2014.

PEIXOTO, S. L. F. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres**: um estudo na comunidade Morro da Vitória. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PEREIRA, M. C.; RIBEIRO, F. B. No areal das mulheres: um benefício em família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 87-104, abr. 2013.

PERVAIZ, Z. *et al.* Gender inequality and economic growth: a time series analysis for Pakistan. **Middle-East Journal of Scientific Research**, v. 10, n. 4, p. 434-439, 2011.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 12, n. 145, p. 130-161, jan.-abr. 2012.

RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 21-42, abr. 2013.

ROCHA, R. **Programas condicionais de transferência de renda e fecundidade: evidências do Bolsa Família**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, jul. 2017. (Texto para Discussão, n. 19-2017).

RODRIGUES, V. E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. **Tomó**, n. 28, p. 73-100, jan.-jun. 2016.

ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. Constructing a control group using multivariate matched sampling methods that incorporate the propensity score. **The American Statistician**, v. 39, n. 1, p. 33-38, fev. 1985.

ROWLANDS, J. Empowerment examined. **Development in Practice**, v. 5, n. 2, p. 101-107, maio 1995.

ROY, A. D. Some thoughts on the distribution of earnings. **Oxford Economic Papers**, v. 3, n. 2, p. 135-146, jun. 1951.

RUBIN, D. B. Estimating causal effects of treatments in randomized and nonrandomized studies. **Journal of Educational Psychology**, v. 66, n. 5, p. 688-701, 1974.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, G. El Empoderamiento como un enfoque a la pobreza. *In*: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. (Org.). **Género y pobreza: nuevas dimensiones**. Santiago: ISIS Internacional, 1998.

SIGNORINI, B. A.; QUEIROZ, B. L. **The impact of Bolsa Família Program in the beneficiary fertility**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, ago. 2011. (Texto para Discussão, n. 439).

SILVA, T. F. (Org.). **Bolsa Família 15 anos: (2003-2015)**. Brasília: Esaf, 2018.

SIMÕES, P.; SOARES, R. B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 445-468, out.-dez. 2012.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. *In*: LEÓN, M. (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo, 1997. p. 75-95.

SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. *In*: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados – Bolsa Família e Assistência Social**. Brasília: MDS, 2007. v. 2, p. 119-160.

TAVARES, P. A. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho de mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, dez. 2010.

VARGHESE, T. Women empowerment in Oman: a study based on women empowerment index. **Far East Journal of Psychology and Business**, v. 2, n. 2, p. 37-53, fev. 2011.

WILLIAMS, P. O empoderamento feminino e as mulheres do Programa Bolsa Família. **Revista Três Pontos**, v. 11, n. 1, p. 18-30, jan. 2014.

## APÊNDICE A

TABELA A.1  
*Índice ED: – Muito Alto-Outros<sup>ED</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes  $t$  de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM<sup>1</sup>*

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento						Após o pareamento					
	VMP-SR			VMP-CR			VMP-SR			VMP-CR		
	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,06)	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,01)	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,06)	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,01)
Idade	31,626	32,449***	31,631	31,764	31,631	31,631	31,389	31,631	31,642	31,632	31,605	31,605
Escolaridade	6,5742	8,7715***	6,5774	6,7078	6,5774	6,5774	6,583	6,5774	6,4953	6,5806	6,4757	6,4757
Trabalho	0,8167	0,8520***	0,8166	0,8243	0,8166	0,8166	0,818	0,8166	0,8188	0,8165	0,8155	0,8155
Cônjuge	0,6446	0,6612	0,6444	0,6304	0,6444	0,6444	0,6541	0,6444	0,6429	0,6441	0,64	0,64
Preta	0,1387	0,0899***	0,1388	0,1297	0,1388	0,1388	0,1367	0,1388	0,1309	0,1389	0,1259	0,1259
Parda	0,5422	0,4217***	0,5418	0,5572	0,5418	0,5418	0,5621	0,5418	0,5619	0,5415	0,5685	0,5685
Amorela indígena	0,0502	0,0511	0,0502	0,0523	0,0502	0,0502	0,06	0,0502	0,0507	0,0502	0,0504	0,0504
Rendimento	565,43	1.604,70***	565,75	603,24	565,75	565,75	595,7	565,75	620,76**	566,04	603,34*	603,34*
Responsável	0,1484	0,1465	0,1485	0,1527	0,1485	0,1485	0,1367	0,1485	0,1428	0,1486	0,1421	0,1421
Filha do responsável	0,2098	0,1888*	0,2099	0,2225	0,2099	0,2099	0,2134	0,2099	0,2142	0,2101	0,2168	0,2168
Outro do responsável	0,0606	0,0675	0,0607	0,0683	0,0607	0,0607	0,0753	0,0607	0,0669	0,0607	0,0684	0,0684
Filhos	1,6265	0,9136***	1,6234	1,4644***	1,6234	1,6234	1,6841	1,6234	1,6289	1,6197	1,6419	1,6419
Informação	0,8801	0,8984**	0,8801	0,8891	0,8801	0,8801	0,8898	0,8801	0,8773	0,88	0,8809	0,8809
Católica	0,6927	0,6265***	0,6925	0,6813	0,6925	0,6925	0,6869	0,6925	0,6887	0,6923	0,6913	0,6913
Outras religiões	0,0314	0,0647***	0,0314	0,0342	0,0314	0,0314	0,0349	0,0314	0,0334	0,0314	0,0338	0,0338
Sem religião	0,0662	0,0702	0,0663	0,0704	0,0663	0,0663	0,069	0,0663	0,0684	0,0663	0,0663	0,0663

(Continua)

(Continuação)

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento					
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR			
	Grupo de tratamento	Grupo de controle								
Norte	0,1819	0,1465***	0,1813	0,1799	0,1813	0,1736	0,1813	0,1931	0,1807	0,194
Sul	0,1443	0,2561***	0,1444	0,1346	0,1444	0,1339	0,1444	0,1343	0,1445	0,1312
Sudeste	0,1847	0,2267***	0,1848	0,1918	0,1848	0,2078	0,1848	0,1917	0,1849	0,1885
Centro-Oeste	0,1505	0,2192***	0,1506	0,1569	0,1506	0,1513	0,1506	0,1512	0,1507	0,1521
Urbano	0,6899	0,8054***	0,6904	0,7078	0,6904	0,6946	0,6904	0,6905	0,6909	0,6916
Densidade	1,044	0,6923***	1,0392	0,9603***	1,0392	1,0442	1,0392	1,0333	1,0378	1,0306
Rede de água	0,7171	0,7897***	0,7176	0,7427	0,7176	0,7308	0,7176	0,7314	0,7181	0,7319
Rede de esgoto	0,2878	0,4275***	0,288	0,3047	0,288	0,3061	0,288	0,2988	0,2882	0,2953
Eleticidade	0,9902	0,9955**	0,9902	0,9902	0,9902	0,9888	0,9902	0,9905	0,9902	0,9922

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Propensity score matching.

Obs.: 1. Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%, \*\* 5%; e \*\*\* 1%.

2. VMP-SR – nearest neighbour matching – “vizinho mais próximo”, sem reposição; VMP-CR – nearest neighbour matching – “vizinho mais próximo”, com reposição; KM – Kernel matching.

## TABELA A.2

**Índice ED: MuitoAlto-Alto<sup>ED</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes t de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM**

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento					
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR			
	Grupo de tratamento	Grupo de controle								
Idade	34,535	35,269**	34,535	34,961	34,535	34,509	34,535	34,555	34,588	34,574
E escolaridade	6,1870	8,5217***	6,1870	6,2602	6,1870	5,9756	6,1870	6,0199	6,2346	6,0534

(Continua)

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento						Após o pareamento							
	VMP-SR			VMP-CR			KM (bandwidth de 0,06)			KM (bandwidth de 0,01)				
	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle		
Trabalho	0,8360	0,8753***	0,8360	0,8401	0,8360	0,8510	0,8360	0,8418	0,8381	0,8435	0,8360	0,8418	0,8381	0,8435
Cônjuge	0,7046	0,6955	0,7046	0,6965	0,7046	0,7005	0,7046	0,7010	0,7037	0,6969	0,7046	0,7010	0,7037	0,6969
Preta	0,1477	0,0970***	0,1477	0,1382	0,1477	0,1450	0,1477	0,1378	0,1495	0,1358	0,1477	0,1378	0,1495	0,1358
Parda	0,5339	0,4172***	0,5339	0,5556	0,5339	0,5894**	0,5339	0,5622	0,5295	0,5663	0,5339	0,5622	0,5295	0,5663
Amarela indígena	0,0447	0,0462	0,0447	0,0474	0,0447	0,0285*	0,0447	0,0464	0,0453	0,0435	0,0447	0,0464	0,0453	0,0435
Rendimento	535,8	1.530,1***	535,80	585,95**	535,80	569,57	535,80	582,59	538,68	568,90	535,80	582,59	538,68	568,90
Responsável	0,2737	0,285	0,2737	0,2805	0,2737	0,2791	0,2737	0,2699	0,2744	0,2747	0,2737	0,2699	0,2744	0,2747
Filha do responsável	0,0556	0,0583	0,0556	0,0610	0,0556	0,0637	0,0556	0,0649	0,0549	0,0612	0,0556	0,0649	0,0549	0,0612
Outro do responsável	0,0244	0,0270	0,0244	0,0258	0,0244	0,0312	0,0244	0,0264	0,0247	0,0308	0,0244	0,0264	0,0247	0,0308
Filhos	1,9119	1,0487***	1,9119	1,7033***	1,9119	1,9146	1,9119	1,8979	1,8903	1,8750	1,9119	1,8979	1,8903	1,8750
Informação	0,8699	0,8927*	0,8699	0,8848	0,8699	0,8631	0,8699	0,8719	0,8711	0,8720	0,8699	0,8719	0,8711	0,8720
Católica	0,6992	0,6318***	0,6992	0,6748	0,6992	0,6640	0,6992	0,6977	0,6982	0,6938	0,6992	0,6977	0,6982	0,6938
Outras religiões	0,0325	0,0657***	0,0325	0,0434	0,0325	0,0461	0,0325	0,0351	0,0329	0,0354	0,0325	0,0351	0,0329	0,0354
Sem religião	0,0596	0,0736	0,0596	0,0691	0,0596	0,0596	0,0596	0,0605	0,0590	0,0610	0,0596	0,0605	0,0590	0,0610
Norte	0,1531	0,1361	0,1531	0,1504	0,1531	0,1680	0,1531	0,1608	0,1509	0,1581	0,1531	0,1608	0,1509	0,1581
Sul	0,1545	0,2502***	0,1545	0,1545	0,1545	0,1382	0,1545	0,1396	0,1564	0,1373	0,1545	0,1396	0,1564	0,1373
Sudeste	0,1789	0,2285***	0,1789	0,2127	0,1789	0,1897	0,1789	0,1902	0,1797	0,1829	0,1789	0,1902	0,1797	0,1829
Centro-Oeste	0,1626	0,2370***	0,1626	0,1531	0,1626	0,1518	0,1626	0,1669	0,1632	0,1682	0,1626	0,1669	0,1632	0,1682
Urbano	0,7249	0,8209***	0,7249	0,7290	0,7249	0,7331	0,7249	0,7079	0,7243	0,7118	0,7249	0,7079	0,7243	0,7118

(Continua)

(Continuação)

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento					
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR			
	Grupo de tratamento	Grupo de controle								
Densidade	0,9960	0,6719***	0,9960	0,9177**	0,9960	1,0100	0,9960	0,9750	0,9873	0,9726
Rede de água	0,7453	0,8106***	0,7453	0,7764	0,7453	0,7615	0,7453	0,7527	0,7449	0,7490
Rede de esgoto	0,3022	0,4499***	0,3022	0,3306	0,3022	0,3239	0,3022	0,3035	0,3045	0,2912
Eleticidade	0,9932	0,9957	0,9932	0,9959	0,9932	0,9973	0,9932	0,9959	0,9931	0,9960

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

Obs.: Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%; \*\* 5%; e \*\*\* 1%.

## TABELA A.3

**Índice ED: – Alto-Médio<sup>ED</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes *t* de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM**

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento					
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR			
	Grupo de tratamento	Grupo de controle								
Idade	32,429	32,872	32,449	32,190	32,449	32,541	32,449	32,357	32,482	32,461
Escolaridade	6,3633	8,7734***	6,3797	6,7049	6,3797	6,2237	6,3797	6,3775	6,4019	6,3861
Trabalho	0,8165	0,8611***	0,8158	0,8196	0,8158	0,8665**	0,8158	0,8227	0,8171	0,8341
Cônjuge	0,8483	0,8504	0,8477	0,8346	0,8477	0,8759	0,8477	0,8496	0,8476	0,8494
Preta	0,1161	0,0832**	0,1165	0,1128	0,1165	0,1278	0,1165	0,1048	0,1143	0,1065
Parda	0,5768	0,4189***	0,5752	0,5884	0,5752	0,6034	0,5752	0,5987	0,5752	0,5992
Amaréla indígena	0,0506	0,0430	0,0508	0,0376	0,0508	0,0395	0,0508	0,0503	0,0514	0,0474
Rendimento	608,11	1645***	609,92	681,39*	609,92	667,29	609,92	679,43*	613,22	669,45

(Continua)

(Continuação)	Após o pareamento											
	Antes do pareamento						VMP-CR					
	VMP-SR		VMP-SR		VMP-CR		VMP-CR		KM (bandwidth de 0,06)		KM (bandwidth de 0,01)	
Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle						
Responsável	0,0225	0,0344	0,0226	0,0207	0,0226	0,0357	0,0226	0,0177	0,0229	0,0183	0,0229	0,0183
Filha do responsável	0,1292	0,1189	0,1297	0,1372	0,1297	0,1053	0,1297	0,1303	0,1295	0,1344	0,1295	0,1344
Outro do responsável	0,0581	0,0484	0,0583	0,0602	0,0583	0,0470	0,0583	0,0616	0,0591	0,0597	0,0591	0,0597
Filhos	1,8090	1,0361***	1,7914	1,6598	1,7914	1,7857	1,7914	1,7816	1,7524	1,7624	1,7524	1,7624
Informação	0,8764	0,9029*	0,8759	0,8590	0,8759	0,8196*	0,8759	0,8526	0,8743	0,8399	0,8743	0,8399
Católica	0,6929	0,6307***	0,6917	0,6786	0,6917	0,6917	0,6917	0,6826	0,6914	0,6915	0,6914	0,6915
Outras religiões	0,0281	0,0607***	0,0282	0,0282	0,0282	0,0357	0,0282	0,0248	0,0286	0,0290	0,0286	0,0290
Sem religião	0,0674	0,0643	0,0677	0,0771	0,0677	0,0677	0,0677	0,0742	0,0667	0,0678	0,0667	0,0678
Norte	0,1966	0,1414***	0,1936	0,2049	0,1936	0,2143	0,1936	0,2260	0,1905	0,2235	0,1905	0,2235
Sul	0,1461	0,2820***	0,1466	0,1504	0,1466	0,1353	0,1466	0,1342	0,1486	0,1299	0,1486	0,1299
Sudeste	0,1760	0,2164**	0,1767	0,1786	0,1767	0,1673	0,1767	0,1788	0,1752	0,1742	0,1752	0,1742
Centro-Oeste	0,1592	0,2189***	0,1598	0,1598	0,1598	0,1297	0,1598	0,1604	0,1619	0,1552	0,1619	0,1552
Urbano	0,6367	0,7734***	0,6391	0,6541	0,6391	0,6692	0,6391	0,6448	0,6438	0,6558	0,6438	0,6558
Densidade	1,0206	0,6858***	1,0038	0,9505	1,0038	1,0056	1,0038	1,0548	0,9935	1,0231	0,9935	1,0231
Rede de água	0,6854	0,7672***	0,6880	0,6880	0,6880	0,6917	0,6880	0,6987	0,6933	0,7139	0,6933	0,7139
Rede de esgoto	0,2509	0,3955***	0,2519	0,2613	0,2519	0,2425	0,2519	0,2575	0,2533	0,2638	0,2533	0,2638
Electricidade	0,9944	0,9959	0,9944	0,9962	0,9944	0,9944	0,9944	0,9932	0,9943	0,9943	0,9943	0,9943

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

Obs.: Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%, \*\* 5%, e \*\*\* 1%.

TABELA A.4  
**Índice ED: – Médio-Baixo<sup>ED</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes t de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM**

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento						Após o pareamento					
	VMP-SR			VMP-CR			Grupo de tratamento			Grupo de controle		
	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,06)	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,06)	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,06)	Grupo de tratamento	Grupo de controle	KM (bandwidth de 0,01)
Idade	28,545	29,947***	28,562	28,562	29,471*	28,562	28,689	28,545	28,877			
Escolaridade	6,9842	8,9931***	6,9928	6,9928	6,6715*	6,9928	6,9512	7,0306	6,9102			
Trabalho	0,7963	0,8313**	0,7954	0,7954	0,8026	0,7954	0,7993	0,7945	0,8033			
Cônjuge	0,5811	0,6308**	0,5807	0,5807	0,5965	0,5807	0,5815	0,5787	0,5789			
Preta	0,1291	0,0835***	0,1297	0,1297	0,1355	0,1297	0,1250	0,1297	0,1249			
Parda	0,5509	0,4256***	0,5490	0,5490	0,5692	0,5490	0,5621	0,5481	0,5748			
Amarela indígena	0,0560	0,0555	0,0562	0,0562	0,0562	0,0562	0,0566	0,0569	0,0553			
Rendimento	596,79	1,670,9***	598,97	598,97	653,84*	598,97	667,53**	602,84	655,56*			
Responsável	0,0158	0,0236	0,0159	0,0159	0,0245	0,0159	0,0187	0,0160	0,0206			
Filha do responsável	0,3730	0,3045***	0,3732	0,3732	0,3329	0,3732	0,3650	0,3732	0,3629			
Outro do responsável	0,0990	0,1034	0,0994	0,0994	0,1052	0,0994	0,1093	0,1006	0,1081			
Filhos	1,3242	0,7938***	1,3098	1,3098	1,4135	1,3098	1,3338	1,2843	1,3508			
Informação	0,8910	0,9035	0,8905	0,8905	0,8574*	0,8905	0,8809	0,8907	0,8779			
Católica	0,6858	0,6217***	0,6844	0,6844	0,6902	0,6844	0,6772	0,6851	0,6694			
Outras religiões	0,0301	0,0637***	0,0303	0,0303	0,0159*	0,0303	0,0314	0,0292	0,0319			
Sem religião	0,0732	0,0672	0,0735	0,0735	0,0922	0,0735	0,0798	0,0743	0,0823			
Norte	0,2123	0,1557***	0,2089	0,2089	0,2147	0,2089	0,2274	0,2041	0,2225			
Sul	0,1334	0,2614***	0,1340	0,1340	0,1210	0,1340	0,1253	0,1356	0,1173			
Sudeste	0,1908	0,2251**	0,1916	0,1916	0,2003	0,1916	0,1923	0,1924	0,1973			
Centro-Oeste	0,1377	0,2033***	0,1383	0,1383	0,1455	0,1383	0,1403	0,1385	0,1505			
Urbano	0,6528	0,7916***	0,6556	0,6556	0,6628	0,6556	0,6636	0,6589	0,6624			

(Continua)

(Continuação)

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento					
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR			
	Grupo de tratamento	Grupo de controle								
Densidade	1,0949	0,7103***	1,0737	1,0116*	1,0737	1,1008	1,0737	1,0883	1,0542	1,0802
Rede de água	0,6872	0,7711***	0,6888	0,7046	0,6888	0,6916	0,6888	0,7057	0,6924	0,6941
Rede de esgoto	0,2726	0,4076***	0,2738	0,2853	0,2738	0,2824	0,2738	0,2869	0,2770	0,2871
Eleticidade	0,9871	0,9953**	0,9870	0,9870	0,9870	0,9770	0,9870	0,9869	0,9869	0,9832

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

Obs.: Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%; \*\* 5%; e \*\*\* 1%.

TABELA A.5

**Índice PCRS: MuitoAlto-Outros<sup>as</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes t de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM**

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento					
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR			
	Grupo de tratamento	Grupo de controle								
Idade	30,973	31,512**	30,976	30,839	30,976	31,155	30,976	30,857	30,976	30,871
Escolaridade	6,1995	8,4313***	6,2012	6,4137**	6,2012	6,2220	6,2012	6,1512	6,2012	6,1094
Trabalho	0,5037	0,5994***	0,5035	0,5031	0,5035	0,5019	0,5035	0,5039	0,5035	0,5015
Cônjuge	0,6837	0,6714	0,6836	0,6665	0,6836	0,6815	0,6836	0,6807	0,6836	0,6824
Preta	0,1243	0,0901***	0,1243	0,1164	0,1243	0,1277	0,1243	0,1232	0,1243	0,1223
Parda	0,5599	0,4269***	0,5597	0,5667	0,5597	0,5642	0,5597	0,5746	0,5597	0,5735
Amaréla indígena	0,0428	0,0517*	0,0428	0,0428	0,0428	0,0432	0,0428	0,0425	0,0428	0,0419
Rendimento	520,82	1518,7***	520,99	567,49***	520,99	548,07**	520,99	565,19***	520,99	553,00**
Responsável	0,1006	0,1111	0,1006	0,0977	0,1006	0,0931	0,1006	0,0965	0,1006	0,0967

(Continua)

(Continuação)	Após o pareamento											
	Antes do pareamento						VMP-CR					
	VMP-SR			KM (bandwidth de 0,06)			VMP-SR			KM (bandwidth de 0,01)		
Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle
Filha do responsável	0,2174	0,2057	0,2175	0,2299	0,2175	0,2345	0,2175	0,2225	0,2175	0,2225	0,2175	0,2247
Outro do responsável	0,0694	0,0755	0,0694	0,0778	0,0694	0,0678	0,0694	0,0775	0,0694	0,0775	0,0694	0,0753
Filhos	1,6658	0,9235***	1,6640	1,4890***	1,6640	1,7347*	1,6640	1,6618	1,6640	1,6618	1,6640	1,6854
Informação	0,8899	0,9039**	0,8898	0,8886	0,8898	0,8769	0,8898	0,8869	0,8898	0,8869	0,8898	0,8831
Católica	0,7012	0,6341***	0,7010	0,6940	0,7010	0,7106	0,7010	0,6961	0,7010	0,6961	0,7010	0,6996
Outras religiões	0,0291	0,0569***	0,0291	0,0304	0,0291	0,0283	0,0291	0,0294	0,0291	0,0294	0,0291	0,0286
Sem religião	0,0636	0,0743*	0,0636	0,0669	0,0636	0,0599	0,0636	0,0666	0,0636	0,0666	0,0636	0,0652
Norte	0,1870	0,1550***	0,1867	0,1821	0,1867	0,1751	0,1867	0,1996	0,1867	0,1996	0,1867	0,1984
Sul	0,1359	0,2382***	0,1360	0,1310	0,1360	0,1310	0,1360	0,1238	0,1360	0,1238	0,1360	0,1224
Sudeste	0,1866	0,2299***	0,1867	0,2008	0,1867	0,2000	0,1867	0,1926	0,1867	0,1926	0,1867	0,1951
Centro-Oeste	0,1592	0,2262***	0,1593	0,1672	0,1593	0,1759	0,1593	0,1631	0,1593	0,1631	0,1593	0,1622
Urbano	0,6376	0,7756***	0,6378	0,6437	0,6378	0,6462	0,6378	0,6363	0,6378	0,6363	0,6378	0,6306
Densidade	1,0574	0,7225***	1,0545	0,9736***	1,0545	1,0472	1,0545	1,0524	1,0545	1,0524	1,0545	1,0500
Rede de água	0,6733	0,7592***	0,6736	0,6823	0,6736	0,7098***	0,6736	0,6771	0,6736	0,6771	0,6736	0,6757
Rede de esgoto	0,2610	0,4087***	0,2611	0,2699	0,2611	0,2645	0,2611	0,2677	0,2611	0,2677	0,2611	0,2620
Electricidade	0,9842	0,9947***	0,9842	0,9879	0,9842	0,9855	0,9842	0,9849	0,9842	0,9849	0,9842	0,9834

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

Obs.: Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%, \*\* 5%, \*\*\* 1%.

TABELA A.6  
**Índice PCRS: Muito Alto-Médio<sup>PCRS</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes t de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM**

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento						Após o pareamento					
	VMP-SR			VMP-CR			KM (bandwidth de 0,06)			KM (bandwidth de 0,01)		
	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle
Idade	30,908	31,509***	30,908	30,604	30,908	30,631	30,908	30,783	30,908	30,908	30,908	30,786
Escolaridade	6,2455	8,4702***	6,2455	6,4922**	6,2455	6,1007	6,2455	6,1828	6,2455	6,2455	6,2455	6,1392
Trabalho	0,5052	0,6018***	0,5052	0,5065	0,5052	0,5220	0,5052	0,5050	0,5052	0,5052	0,5052	0,5036
Cônjuge	0,6819	0,6705	0,6819	0,6612	0,6819	0,6824	0,6819	0,6797	0,6819	0,6819	0,6819	0,6804
Preta	0,1236	0,09***	0,1236	0,1210	0,1236	0,1279	0,1236	0,1221	0,1236	0,1236	0,1236	0,1233
Parda	0,5635	0,4289***	0,5635	0,5722	0,5635	0,5657	0,5635	0,5778	0,5635	0,5635	0,5635	0,5762
Amarela Indígena	0,0424	0,0513*	0,0424	0,0488	0,0424	0,0415	0,0424	0,0428	0,0424	0,0424	0,0424	0,0413
Rendimento	523,69	1525,4***	523,69	565,88***	523,69	550,87**	523,69	567,79***	523,69	523,69	523,69	556,58**
Responsável	0,1007	0,1124	0,1007	0,0985	0,1007	0,1007	0,1007	0,0953	0,1007	0,1007	0,1007	0,0954
Filha do responsável	0,2200	0,2058	0,2200	0,2355	0,2200	0,2377	0,2200	0,2253	0,2200	0,2200	0,2200	0,2282
Outro do responsável	0,0687	0,075	0,0687	0,0817	0,0687	0,0782	0,0687	0,0765	0,0687	0,0687	0,0687	0,0745
Filhos	1,6634	0,9254***	1,6634	1,4896***	1,6634	1,6949	1,6634	1,6578	1,6634	1,6634	1,6634	1,6776
Informação	0,8915	0,9051*	0,8915	0,8915	0,8915	0,8751*	0,8915	0,8869	0,8915	0,8915	0,8915	0,8865
Católica	0,7027	0,6358***	0,7027	0,6858	0,7027	0,7074	0,7027	0,6974	0,7027	0,7027	0,7027	0,7016
Outras religiões	0,0285	0,0570***	0,0285	0,0272	0,0285	0,0242	0,0285	0,0290	0,0285	0,0285	0,0285	0,0283
Sem religião	0,0648	0,0742	0,0648	0,0722	0,0648	0,0644	0,0648	0,0663	0,0648	0,0648	0,0648	0,0648
Norte	0,1902	0,1582***	0,1902	0,2014	0,1902	0,2169**	0,1902	0,2016	0,1902	0,1902	0,1902	0,2025
Sul	0,1370	0,2373***	0,1370	0,1357	0,1370	0,1387	0,1370	0,1259	0,1370	0,1370	0,1370	0,1250
Sudeste	0,1824	0,2272***	0,1824	0,1923	0,1824	0,1724	0,1824	0,1896	0,1824	0,1824	0,1824	0,1914
Centro-Oeste	0,1569	0,2262***	0,1569	0,1634	0,1569	0,1599	0,1569	0,1605	0,1569	0,1569	0,1569	0,1578
Urbano	0,6392	0,7792***	0,6392	0,6513	0,6392	0,6370	0,6392	0,6355	0,6392	0,6392	0,6392	0,6310

(Continua)

(Continuação)

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento				
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR		
	Grupo de tratamento	Grupo de controle							
Densidade	1,0566	0,7201***	1,0566	0,9832***	1,0566	1,0698	1,0566	1,0553	1,0618
Rede de água	0,6742	0,7612***	0,6742	0,6806	0,6742	0,6668	0,6742	0,6783	0,6766
Rede de esgoto	0,2567	0,409***	0,2567	0,2692	0,2567	0,2593	0,2567	0,2655	0,2629
Eleticidade	0,9840	0,9952***	0,9840	0,9888	0,9840	0,9849	0,9840	0,9848	0,9859

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

Obs.: Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%; \*\* 5%; e \*\*\* 1%.

#### TABELA A.7

**Índice PCRS: Médio-Baixo<sup>PCRS</sup> – valores médios das variáveis explicativas e significâncias estatísticas dos testes t de diferenças de médias, antes e após o pareamento, segundo os grupos (tratamento e controle) e as estratégias de PSM**

Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Antes do pareamento				Após o pareamento				
	VMP-SR		VMP-CR		VMP-SR		VMP-CR		
	Grupo de tratamento	Grupo de controle							
Idade	31,965	31,659	31,943	31,057	31,943	32,075	31,943	31,838	31,784
Escolaridade	5,6201	7,7619***	5,6447	6,2456*	5,6447	6,0482	5,6447	5,7891	5,9476
Trabalho	0,4716	0,5347*	0,4737	0,4825	0,4737	0,4649	0,4737	0,4703	0,4608
Cônjuge	0,7555	0,6925***	0,7544	0,6930	0,7544	0,7193	0,7544	0,7546	0,7354
Preta	0,1528	0,0925***	0,1491	0,1272	0,1491	0,1360	0,1491	0,1511	0,1431
Parda	0,5109	0,3918***	0,5132	0,5395	0,5132	0,5921*	0,5132	0,5416	0,5498
Amarela indígena	0,0524	0,0503	0,0526	0,0702	0,0526	0,0570	0,0526	0,0509	0,0590
Rendimento	496,29	1371,1***	498,03	530,79	498,03	523,18	498,03	542,25	540,68
Responsável	0,0742	0,0980	0,0746	0,0790	0,0746	0,0746	0,0746	0,0624	0,0648

(Continua)

(Continuação)	Após o pareamento											
	Antes do pareamento						VMP-CR					
	VMP-SR			KM (bandwidth de 0,06)			VMP-SR			KM (bandwidth de 0,01)		
Variáveis/estratégias de PSM/grupos	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Grupo de controle
Filha do responsável	0,1921	0,1986	0,1930	0,2412	0,1930	0,2412	0,1930	0,2110	0,1955	0,2334	0,1955	0,2334
Outro do responsável	0,0655	0,0789	0,0658	0,0614	0,0658	0,0570	0,0658	0,0651	0,0636	0,0600	0,0636	0,0600
Filhos	1,7511	0,8830***	1,7325	1,4342**	1,7325	1,6053	1,7325	1,6736	1,6409	1,5844	1,6409	1,5844
Informação	0,8515	0,8667	0,8509	0,8640	0,8509	0,8860	0,8509	0,8787	0,8500	0,8802	0,8500	0,8802
Católica	0,6419	0,6054	0,6447	0,6360	0,6447	0,5965	0,6447	0,6482	0,6409	0,6345	0,6409	0,6345
Outras religiões	0,0306	0,0463	0,0307	0,0263	0,0307	0,0307	0,0307	0,0231	0,0318	0,0239	0,0318	0,0239
Sem religião	0,0480	0,0640	0,0483	0,0614	0,0483	0,0526	0,0483	0,0488	0,0500	0,0581	0,0500	0,0581
Norte	0,1528	0,0993**	0,1535	0,1667	0,1535	0,2281**	0,1535	0,1805	0,1455	0,1723	0,1455	0,1723
Sul	0,1354	0,2585***	0,1360	0,1228	0,1360	0,1140	0,1360	0,1105	0,1409	0,1213	0,1409	0,1213
Sudeste	0,2838	0,2680	0,2851	0,2763	0,2851	0,2763	0,2851	0,2864	0,2909	0,3038	0,2909	0,3038
Centro-Oeste	0,1790	0,2327*	0,1798	0,1930	0,1798	0,1447	0,1798	0,1774	0,1773	0,1651	0,1773	0,1651
Urbano	0,5983	0,7211***	0,5965	0,6272	0,5965	0,6272	0,5965	0,6168	0,6046	0,6148	0,6046	0,6148
Densidade	1,0700	0,7527***	1,0681	0,9781	1,0681	1,0606	1,0681	1,0676	1,0454	1,0453	1,0454	1,0453
Rede de água	0,6376	0,7157**	0,6404	0,6535	0,6404	0,6623	0,6404	0,6278	0,6455	0,6602	0,6455	0,6602
Rede de esgoto	0,3057	0,4136***	0,3070	0,3246	0,3070	0,2632	0,3070	0,2777	0,3091	0,2695	0,3091	0,2695
Eleticidade	0,9869	0,9905	0,9868	0,9868	0,9868	0,9868	0,9868	0,9856	0,9864	0,9863	0,9864	0,9863

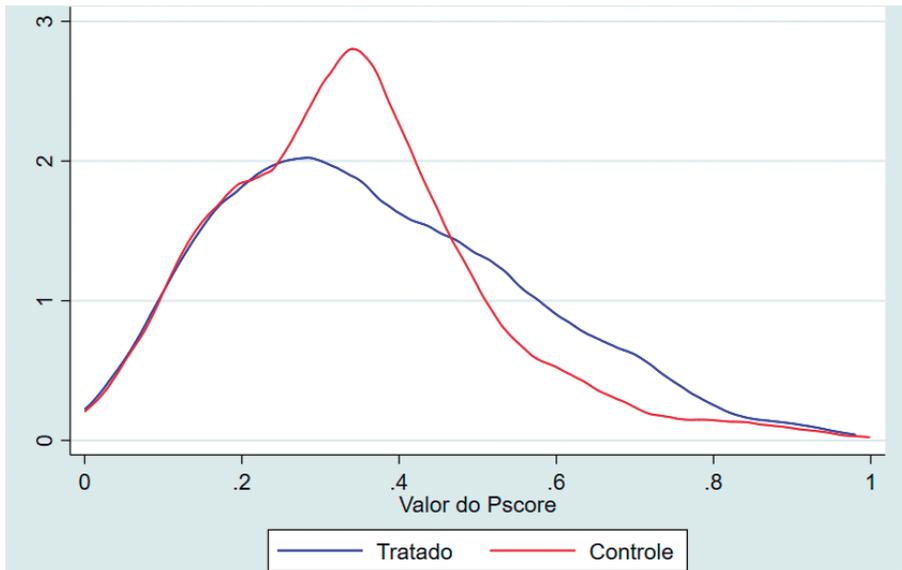
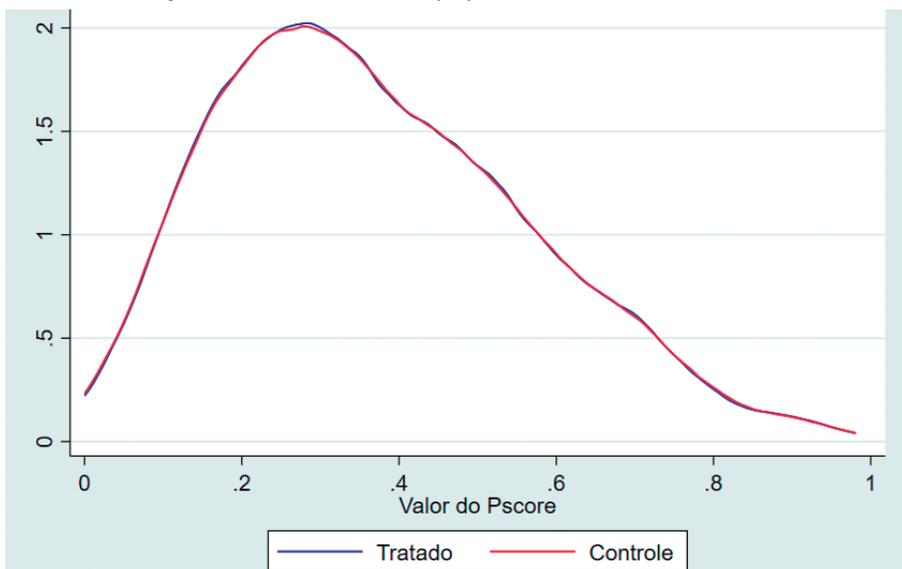
Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

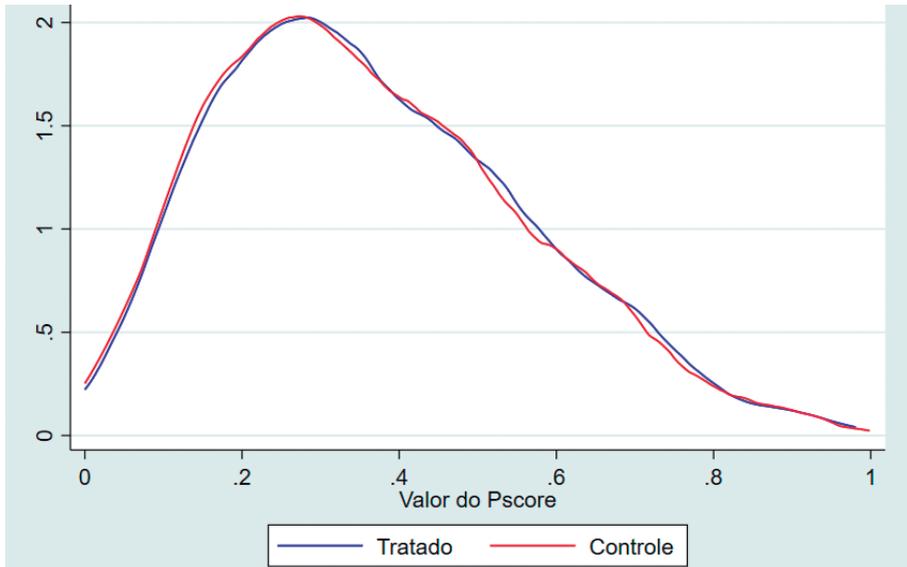
Obs.: Média do grupo de controle estatisticamente diferente da média do grupo de tratamento a: \* 10%; \*\* 5%; e \*\*\* 1%.

GRÁFICO A.1

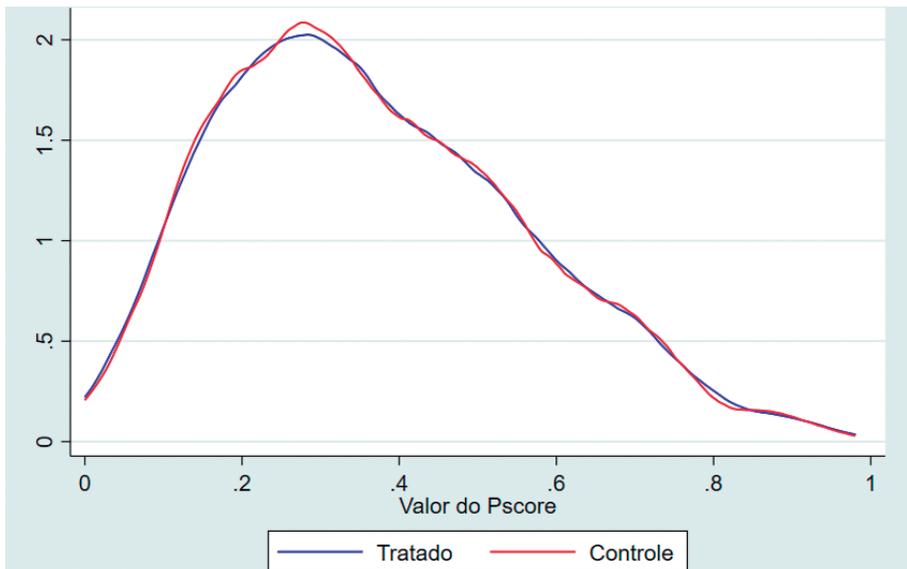
**Índice ED: MuitoAlto-Outros<sup>ED</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratado e controle) e as estratégias de PSM  
A.1A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR

A.1B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR

A.1C – Função de densidade do score de propensão: KM-0,06



A.1D – Função de densidade do score de propensão: KM-0,01



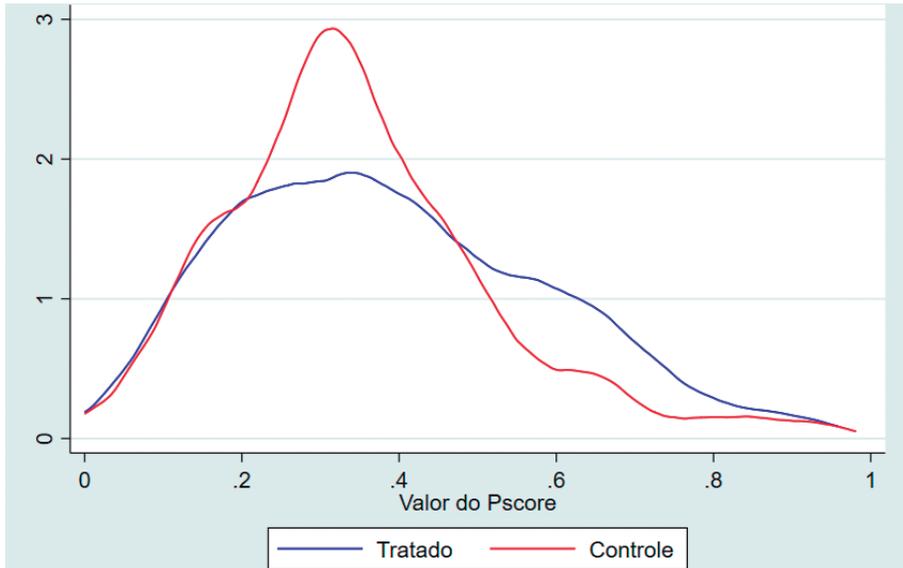
Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

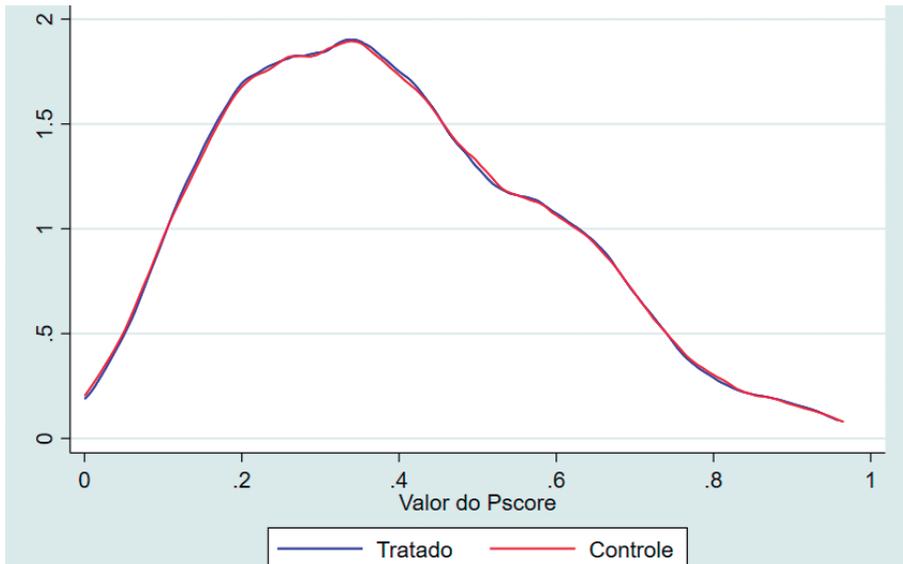
## GRÁFICO A.2

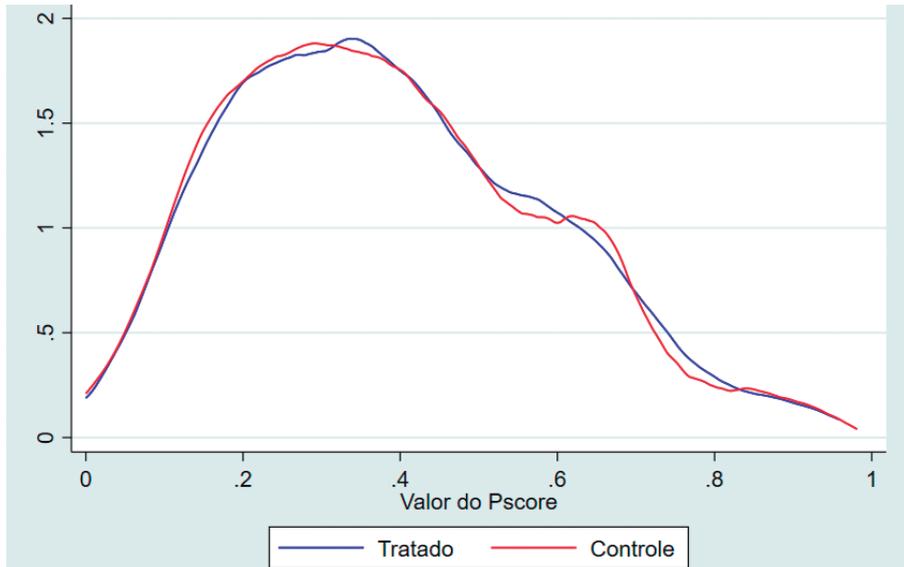
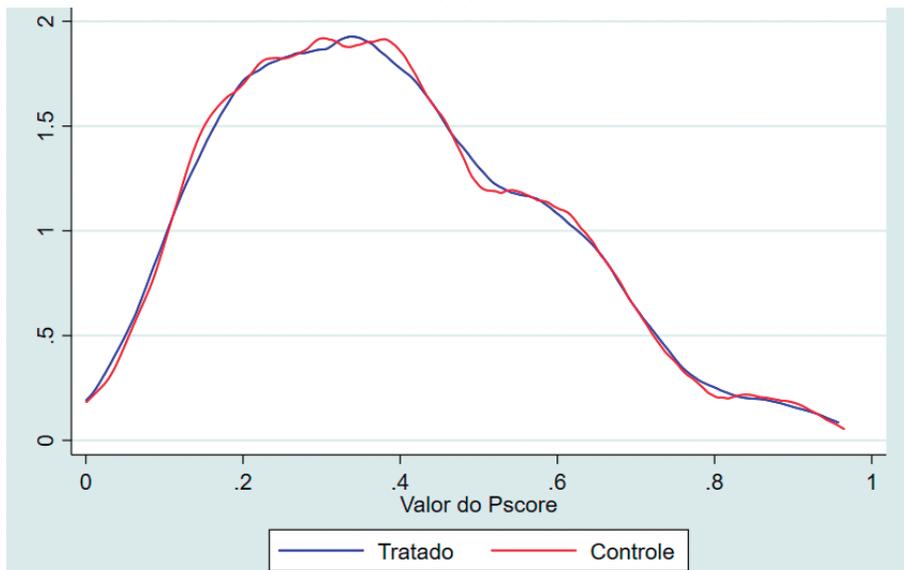
**Índice ED: MuitoAlto-Alto<sup>ED</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratado e controle) e as estratégias de PSM

A.2A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR



A.2B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR



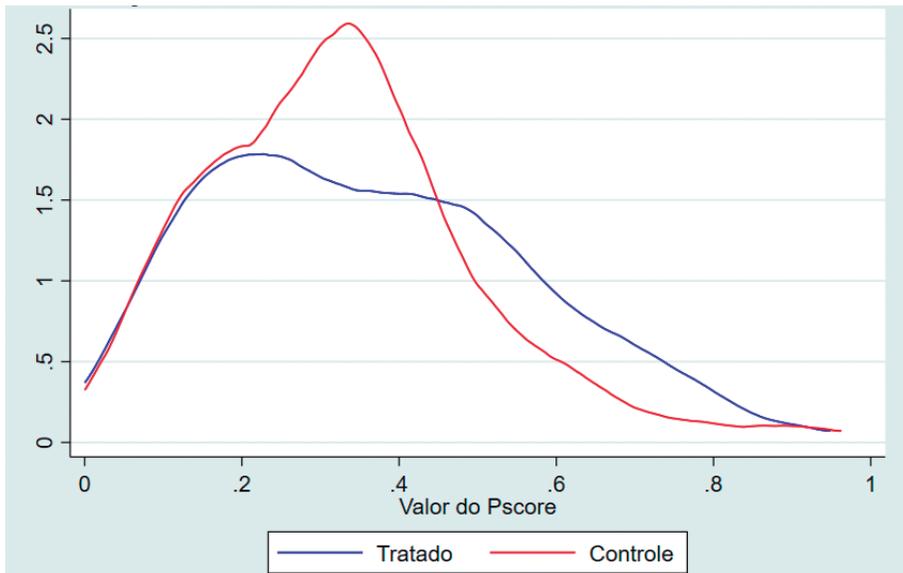
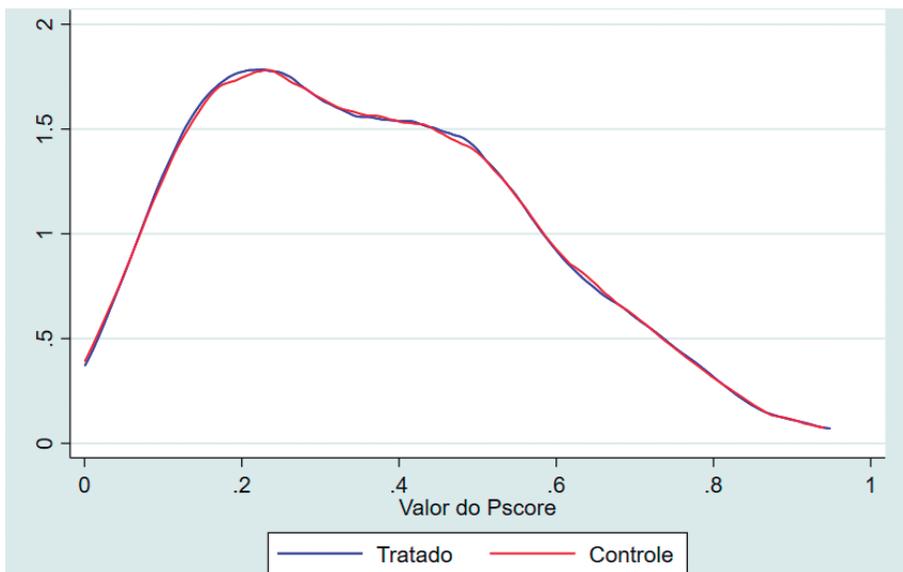
A.2C – Função de densidade do *score* de propensão: KM-0,06A.2D – Função de densidade do *score* de propensão: KM-0,01

Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

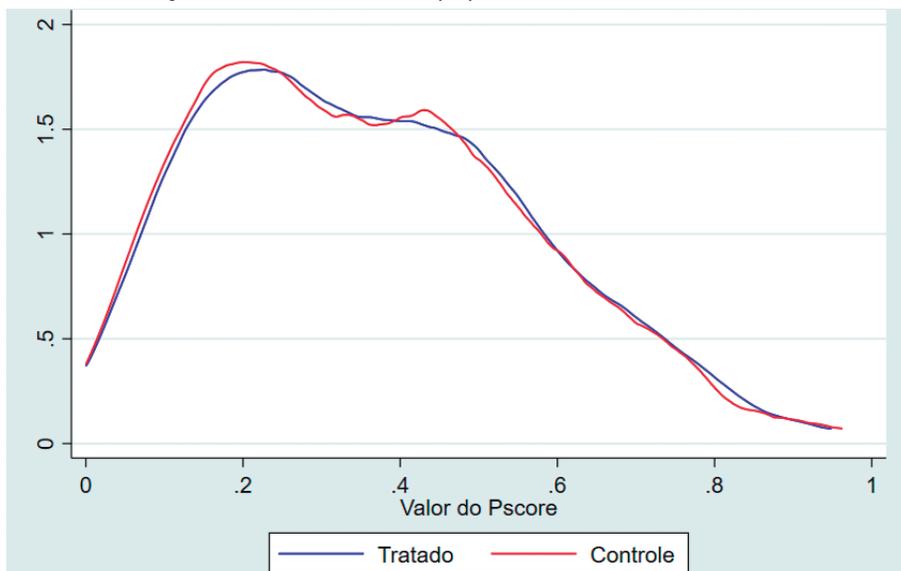
Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO A.3

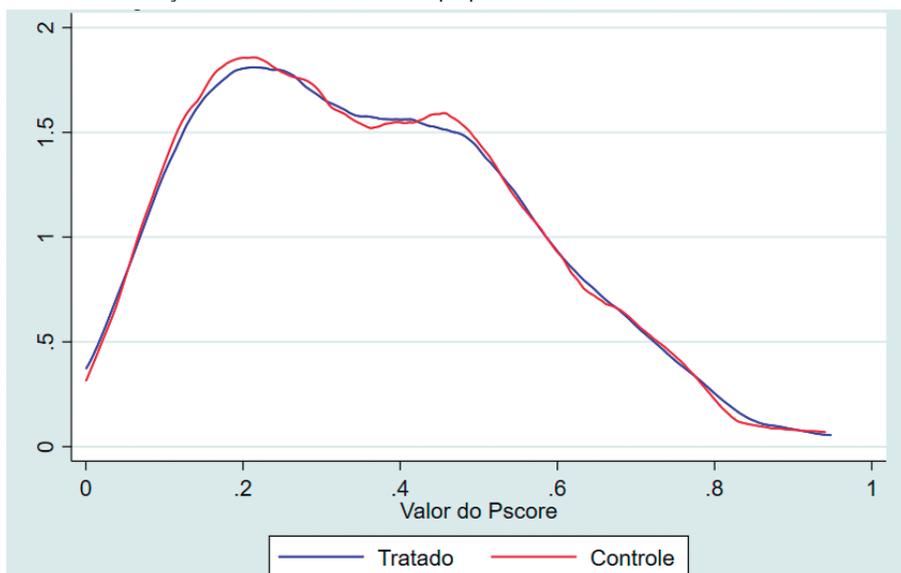
**Índice ED: Alto-Médio<sup>ED</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratado e controle) e as estratégias de PSM  
A.3A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR

A.3B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR

A.3C – Função de densidade do score de propensão: KM-0,06



A.3D – Função de densidade do score de propensão: KM-0,01

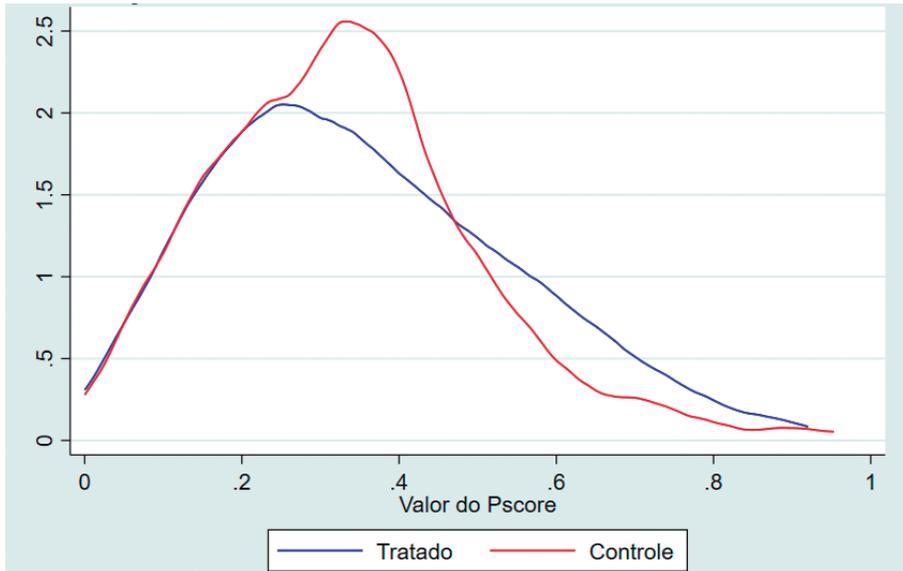


Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

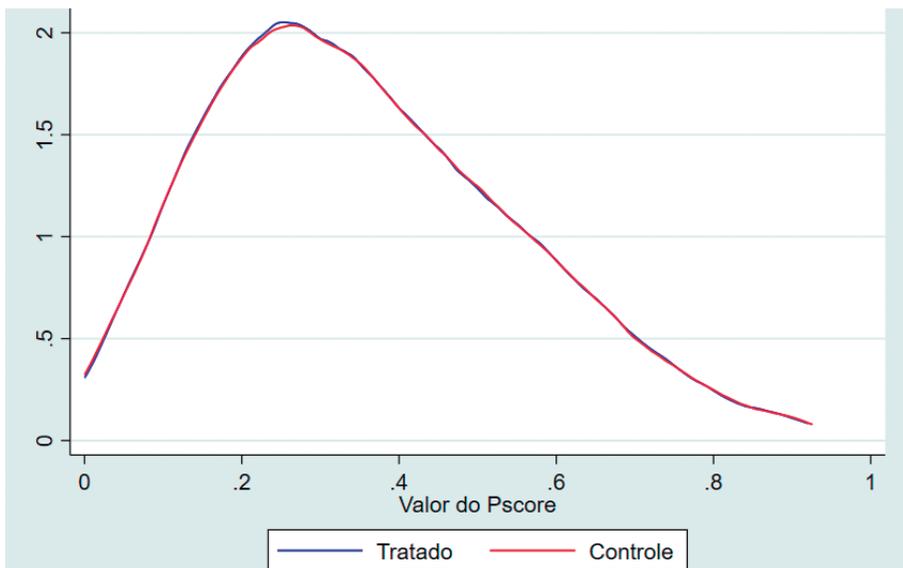
Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

## GRÁFICO A.4

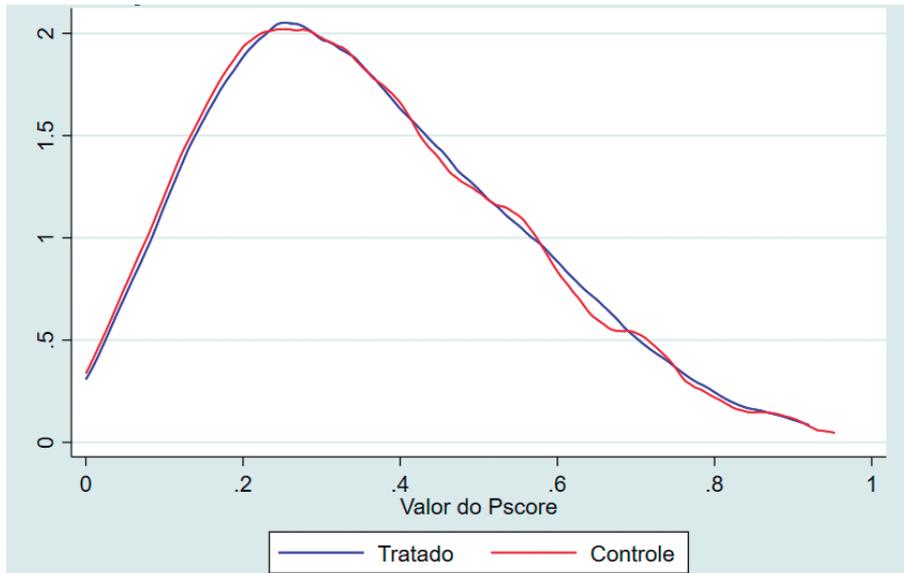
**Índice ED: Médio-Baixo<sup>ED</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratado e controle) e as estratégias de PSM  
A.4A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR



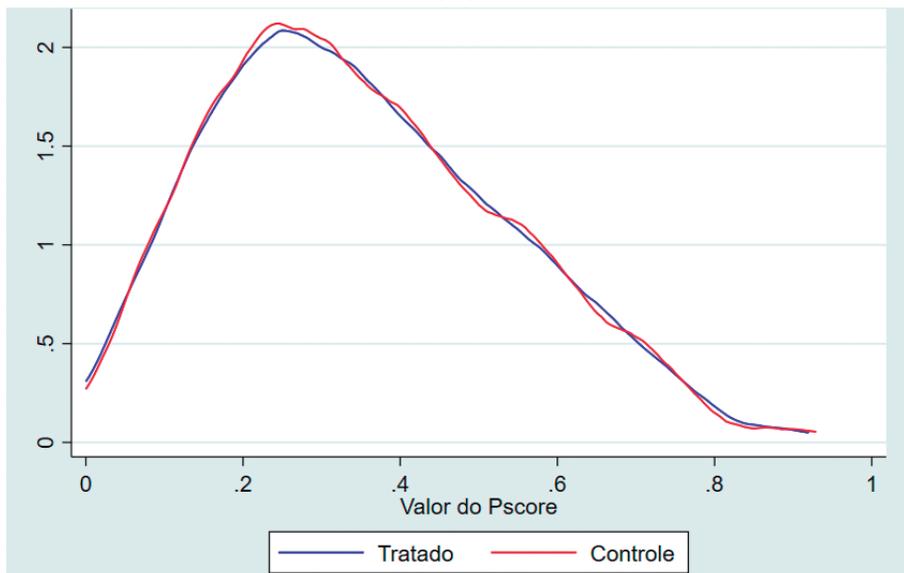
A.4B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR



A.4C – Função de densidade do score de propensão: KM-0,06



A.4D – Função de densidade do score de propensão: KM-0,01



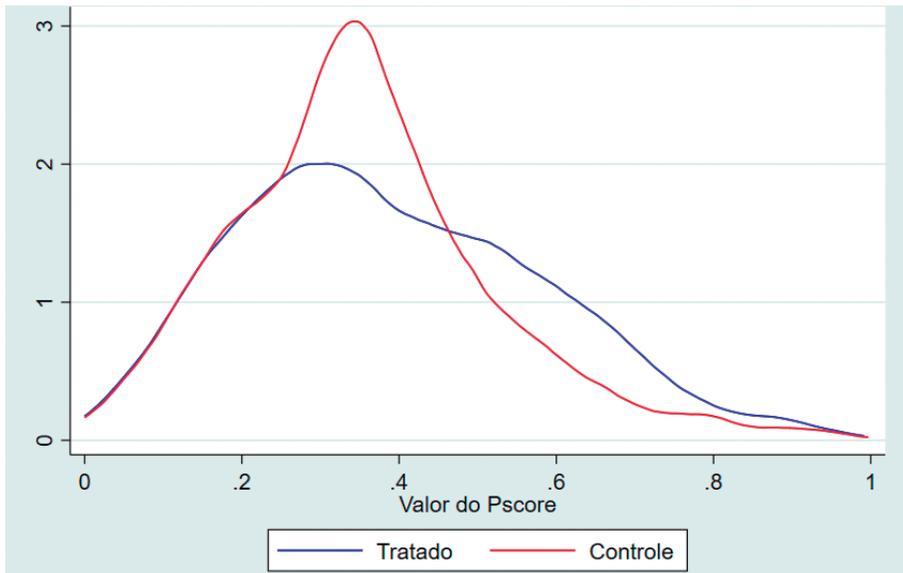
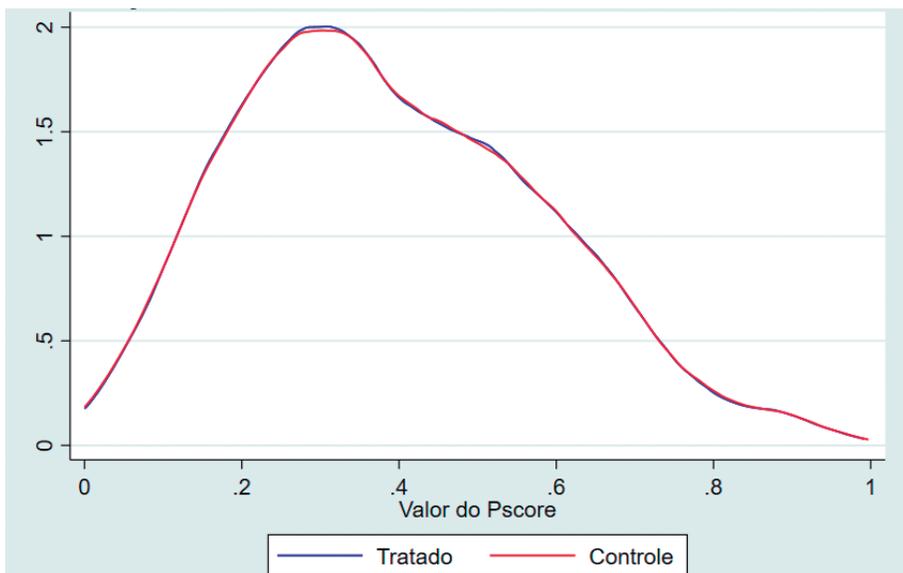
Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:

Elaboração dos autores.

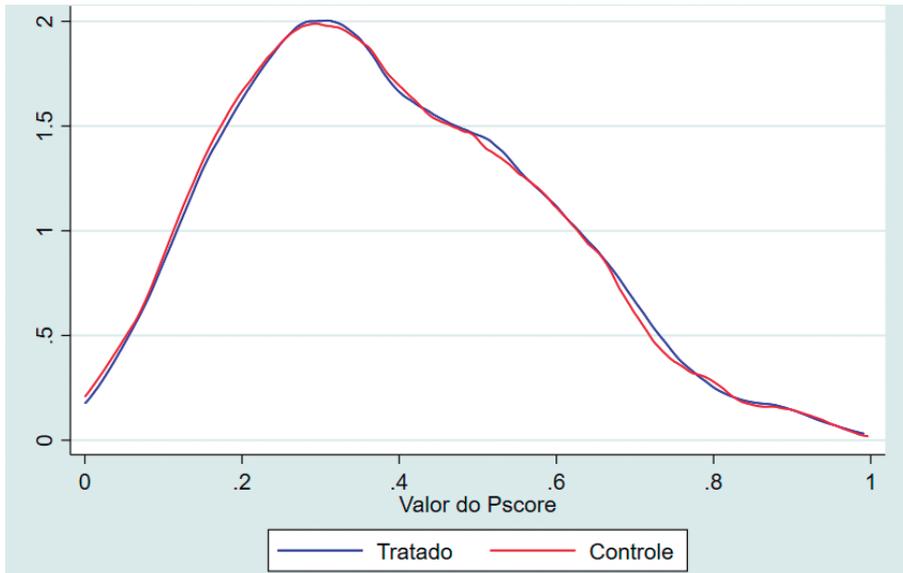
Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO A.5

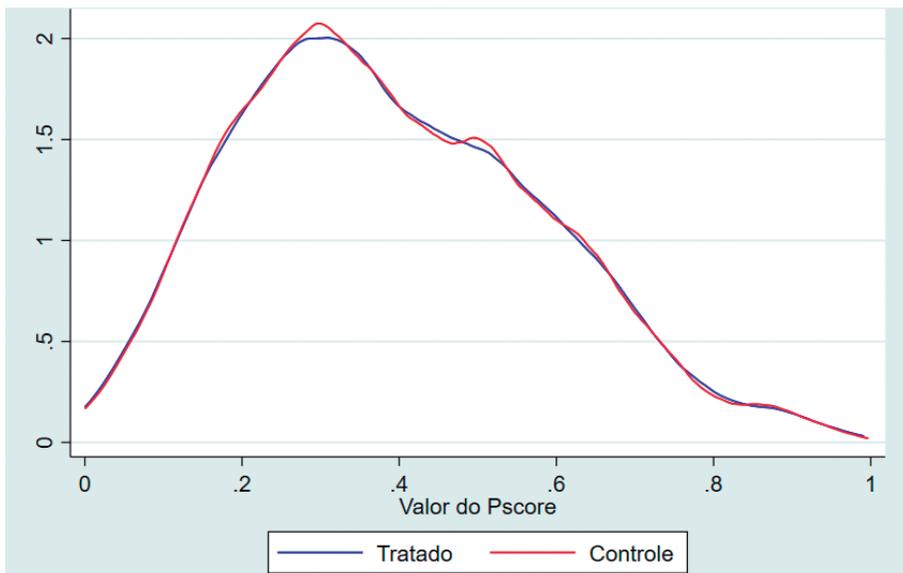
**Índice PCRS: MuitoAlto-Outros<sup>PCRS</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratados e controle) e as estratégias de PSM  
A.5A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR

A.5B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR

A.5C – Função de densidade do score de propensão: KM-0,06



A.5D – Função de densidade do score de propensão: KM-0,01

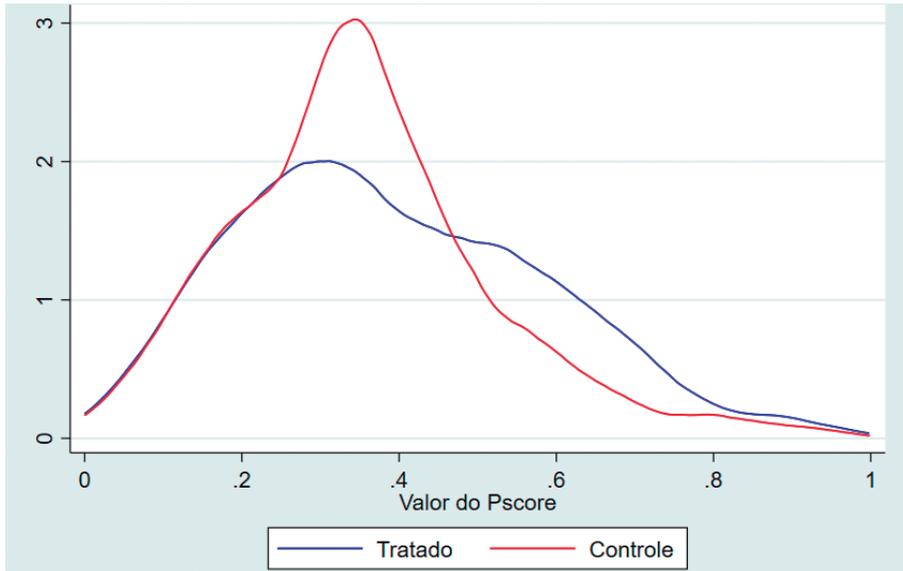
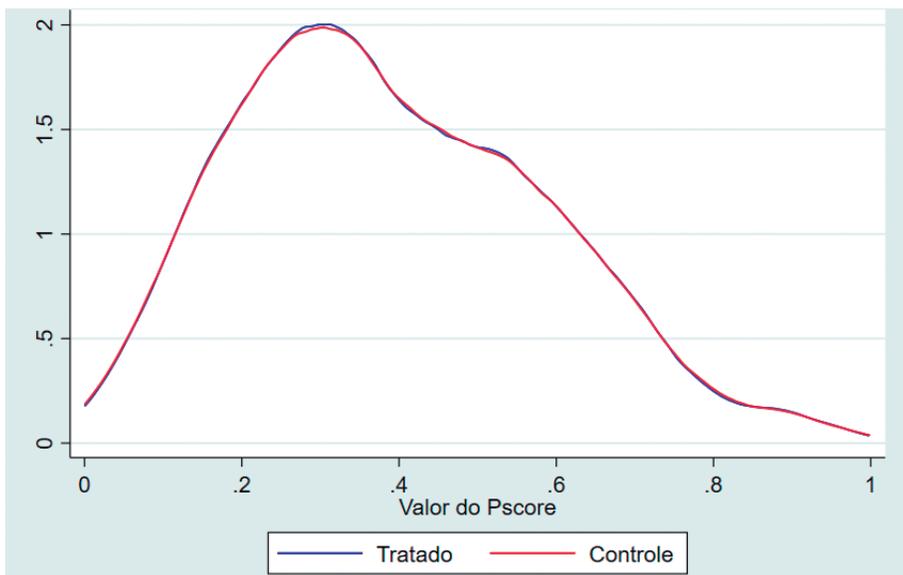


Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

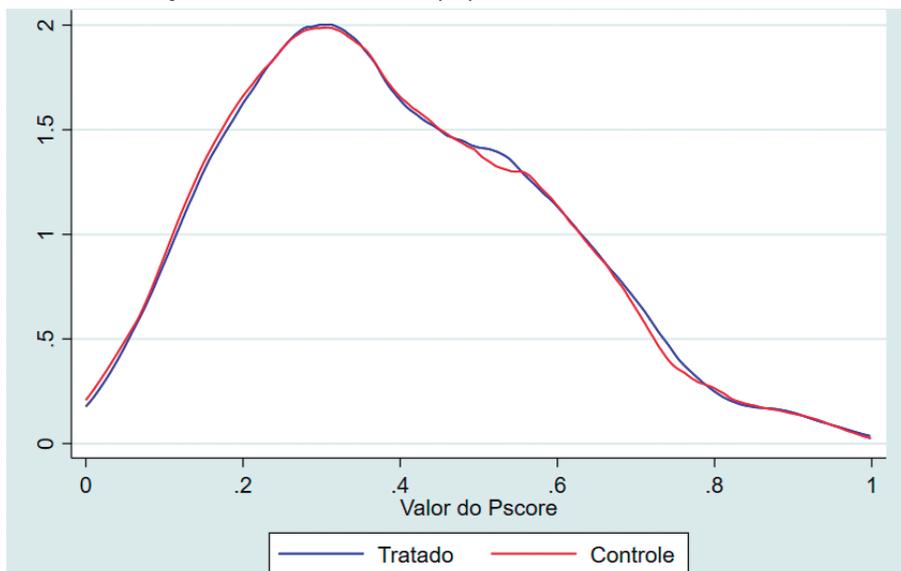
Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO A.6

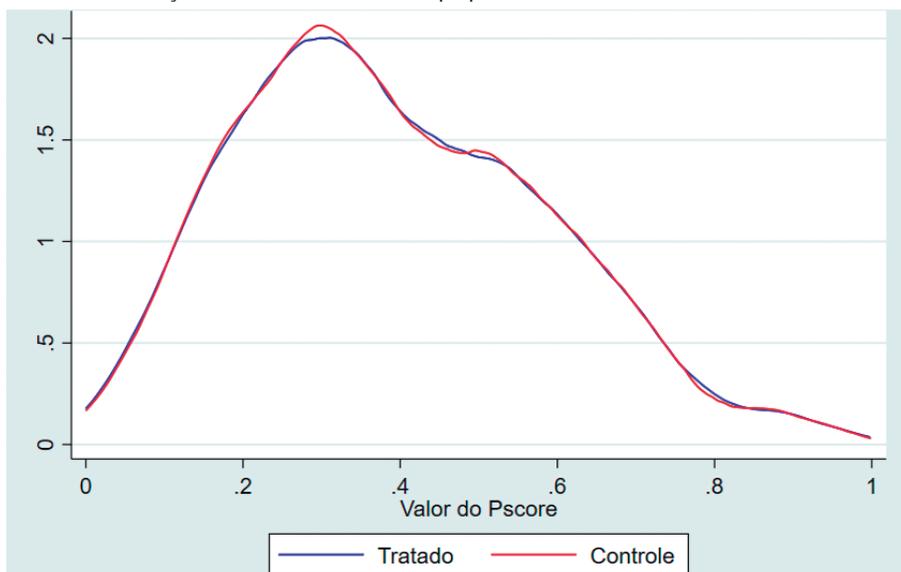
**Índice PCRS: MuitoAlto-Médio<sup>PCRS</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratados e controle) e as estratégias de PSM  
A.6A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR

A.6B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR

A.6C – Função de densidade do score de propensão: KM-0,06



A.6D – Função de densidade do score de propensão: KM-0,01

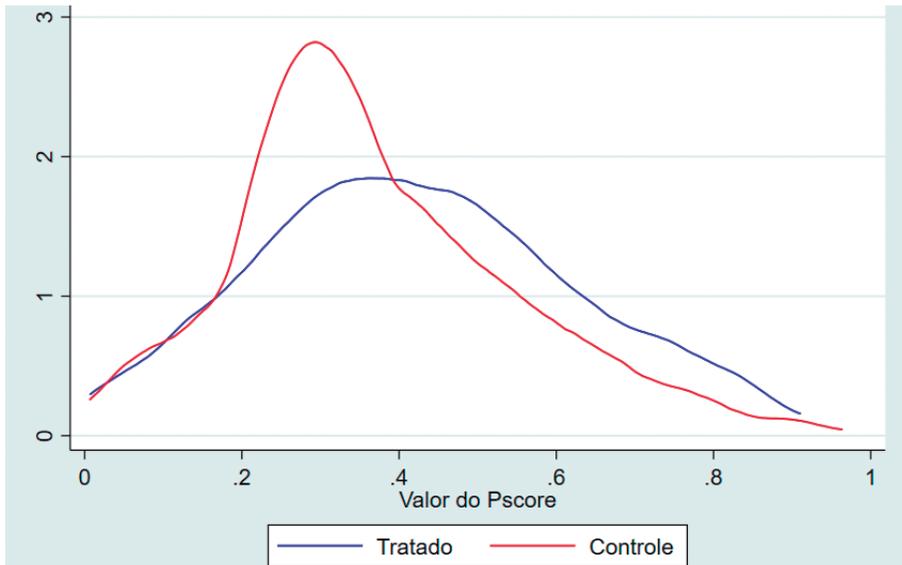


Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

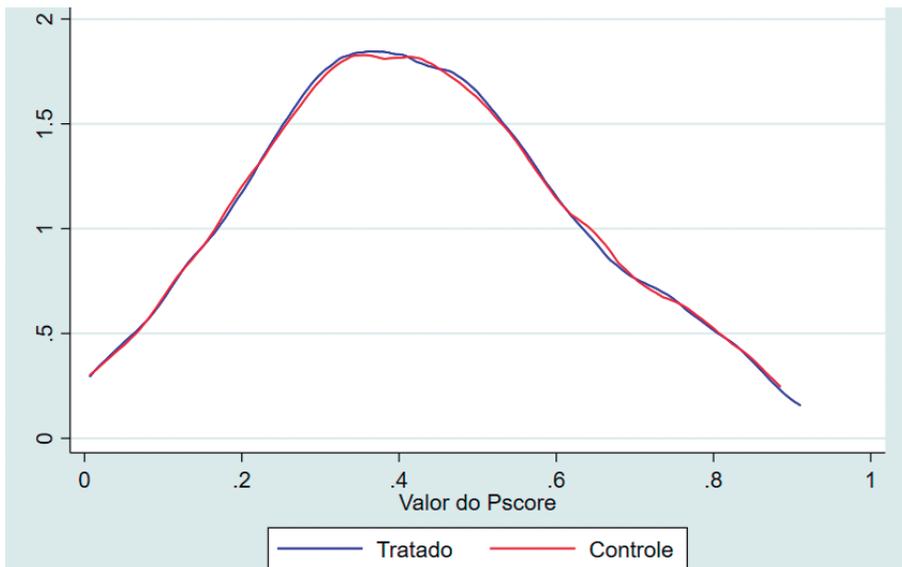
Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO A.7

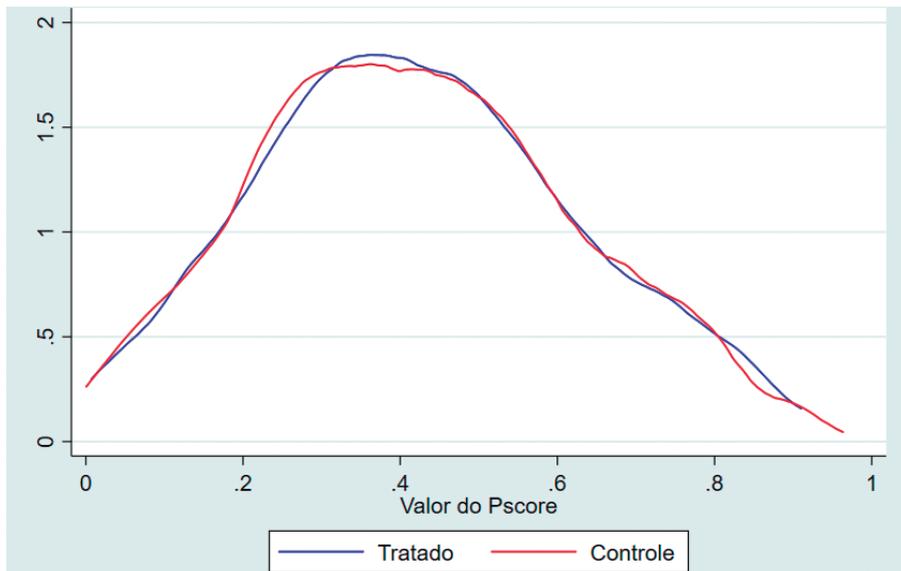
**Índice PCRS: Médio-Baixo<sup>PCRS</sup>** – gráficos das densidades dos *propensity scores* após o pareamento, segundo os grupos (tratado e controle) e as estratégias de PSM  
A.7A – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-SR



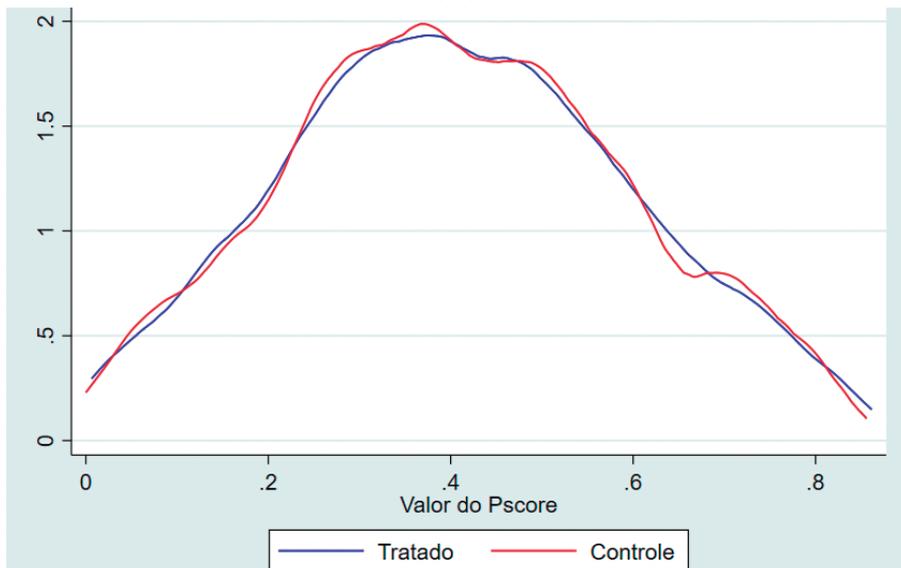
A.7B – Função de densidade do *score* de propensão: VMP-CR



A.7C – Função de densidade do score de propensão: KM-0,06



A.7D – Função de densidade do score de propensão: KM-0,01



Fonte: PNDS, 2006. Disponível em:  
Elaboração dos autores.

Obs.: A ilustração não pôde ser padronizada nem revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).